



Imprensa Oficial do Município de **MONTE ALEGRE DO SUL**

ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE DO SUL/SP | DISTRIBUIÇÃO GRATUITA | ANO 09 - Nº 184 - 21 DE FEVEREIRO DE 2019

O carnaval mais família do Circuito das Águas está de volta!



Monte Alegre do Sul se destaca na região pelo seu carnaval repleto de atrações mas, principalmente, por ser um evento feito para as famílias monte-alegrenses e de turistas. O evento é, também, um dos que mais contribui para o desenvolvimento econômico da cidade.

Com ambiente animado e seguro, a Prefeitura Municipal da

Estância Turística de Monte Alegre do Sul, por meio do Departamento de Cultura, Esportes e Turismo, realiza entre os dias 02 e 05 de março, o “Carnaval Mais Família do Circuito das Águas Paulista!

Veja a programação:

02/03 - Sábado

16h (Mostardas)
Desfile da Corte do Carnaval /

Matinê com marchinhas.

20h (Centro)
Desfile da Corte do Carnaval / Bloco das Mariposas / Banda Show.

03/03 - Domingo

16h (Centro)
Matinê com marchinhas.
20h (Centro)
Desfile de Blocos / Apresentação da Estação Primeira Mogiana / Banda Show.

04/04 - Segunda-Feira

16h (Mostardas)
Matinê com marchinhas.
21h (Centro)
Bloco Nheco Vai Nheco Fica / Banda Show.

05/03 - Terça-Feira

16h (Centro)
Matinê com marchinhas.
20h (Centro)
Desfile da Corte do Carnaval / Desfile de Blocos / Apresentação da Estação Primeira Mogiana / Banda Show.



Imprensa Oficial
disponível na internet



Imprensa Oficial do Município de
MONTE ALEGRE DO SUL

ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE DO SUL/SP | DISTRIBUIÇÃO GRATUITA | ANO 09 - Nº 183 - 12 DE FEVEREIRO DE 2019

Monte Alegre do Sul recebe exposição de artistas locais



Monte Alegre do Sul recebe até o dia 28 de fevereiro a exposição "A Arte em Madeira". A mostra fica aberta a visitação de segunda a sexta-feira, das 9h às 17h, no salão da Câmara Municipal (Praça Coronel João Ferraz, nº 45, Centro). A curadoria é de Valfredo Poletini e Sidnei Cirilo de Sá. Fazem parte da exposição mais de 140 trabalhos, entre entalhes, miniaturas e outras técnicas em madeira, dos artistas Valfredo Poletini e Jeminião Edson Rosa, que residem em Monte Alegre do Sul.

A exposição "A Arte em

Madeira" tem apoio da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Monte Alegre do Sul - Departamento de Cultura, Esportes e Turismo da Câmara Municipal de Monte Alegre do Sul e do Conselho Municipal de Turismo.

Com base na proposta de transparência, a atual gestão implantou a versão digital da Imprensa Oficial, disponível no site da Prefeitura www.montealegredosul.sp.gov.br.

Com isso, a população pode consultar e fiscalizar o conteúdo publicado no jornal impresso.



Expediente



Imprensa Oficial do Município de
MONTE ALEGRE DO SUL

Prefeitura Municipal da Estância
Turística de Monte Alegre do Sul/SP

Avenida João Girardelli, 500 - Centro
CEP: 13820-000 - TEL: (19) 3899-9120

E-mail: assessoria@montealegredosul.sp.gov.br

Site: www.montealegredosul.sp.gov.br

Tiragem: 1.000 exemplares

Impressão: Tribuna de Itapira LTDA. ME

CNPJ: 02.552.439/0001-52

Prefeito Municipal:

Edson Rodrigo de Oliveira Cunha

Produção:

Caio Henrique Araujo Salgado e

Rita de Cássia Gritti Gonçalves

Jornalista Responsável:

Caio Henrique Araujo Salgado (MTB: 83.066)

Defesa Civil Informa: como se proteger dos raios durante as tempestades?



Confira orientações para se proteger dos raios durante as tempestades:

- Evite lugares abertos;
- Se estiver no carro, mantenha os vidros fechados, sem contato com as partes metálicas do veículo;
- Mantenha distância de objetos altos, como árvores e postes, e de objetos metálicos;
- Evite soltar pipas;
- Mantenha distância de aparelhos e objetos ligados à rede elétrica;
- Evite usar telefones com fio;
- Fique afastado de janelas, tomadas e torneiras;
- Evite tomar banho durante a tempestade.



**Vagas de
emprego**

PAT AMPARO Atualizado em 13/02/2019

- Consultor(a) de vendas (ter categoria de habilitação A/B, veículo próprio, nível superior completo e contratação PJ)
- Cozinheiro(a) de restaurante industrial (ter experiência em carteira, categoria de habilitação A/B, ter veículo próprio)
- Cuidadora de idosa (ter experiência em carteira ou carta de referência recente, categoria de habilitação B e veículo próprio)
- Mecânico de empilhadeira (ter carta de referência recente, categoria de habilitação D e disponibilidade p/ viagens)
- Promotor(a) de vendas (ter experiência em carteira, ensino médio completo, categorias de habilitação A/B e noções básicas de NRs 10,12, 18 e 35)
- Representante Comercial Autônomo (ter experiência com vendas externas, carta de referência recente, categorias de habilitação A/B e veículo próprio)
- Técnico(a) em nutrição (ter experiência em carteira, curso técnico completo, categoria de habilitação A/B, ter veículo próprio, CRN ativo)
- Torneiro mecânico (ter experiência em carteira e curso técnico em mecânica)
- Vendedor(a) externo de cursos profissionalizantes (ter experiência em carteira, categorias de habilitação A/B, ensino médio completo e veículo próprio p/ trabalhar)
- Vendedor(a) interno(a) de produtos automotivos (ter experiência em carteira ou carta de referência recente e ensino médio completo)

Posto de Atendimento ao Trabalhador de Amparo (Av. Bernardino de Campos, 705 - Ribeirão - Amparo/SP). Telefones: (19) 3808-1204/3817-9300 (ramal 9332).



Telefones Úteis

- **Almoxarifado**
(19) 3899-1250
- **Ambulância**
192 / (19) 3899-1833 / (19) 3899-1578
- **Apta - Polo Regional do Leste Paulista**
(19) 3899-1311 / 3899-1286
- **Assistência Social**
(19) 3899-1066
- **Banco Bradesco**
Praça Bom Jesus, 25, Centro
(19) 3899-2642
- **Banco Santander**
Praça João Ferraz, 60, Centro
(19) 3899-9200
- **Biblioteca**
(19) 3899-0523
- **Centro de Saúde Central**
Rua Pref. José Amaral, s/n
(19) 3899-1199 / 3899-1092
- **Centro de Saúde Limas**
- **Centro de Saúde**
(19) 3899-2376
- **Centro de Saúde Mostardas**
(19) 3899-1193
- **Conselho Tutelar**
(19) 3899-2782 / (19) 99882-5907
- **Correios**
Rua João Girardeli, 71, Centro
(19) 3899-1929
- **Departamento de Agricultura e Meio Ambiente**
(19) 3899-1046
- **Departamento de Cultura, Esportes e Turismo**
(19) 3899-2247 / 3899-1403
- **Departamento de Educação**
(19) 3899-9142
- **ETA**
(19) 3899-1589
- **Farmácia/Posto de Saúde**
(19) 3899-1300
- **Fisioterapia**
(19) 3899-1769
- **Fundo Social de Solidariedade**
(19) 3899-1045
- **Junta de Serviço Militar**
3899-2790
- **Odontologia**
(19) 3899-1100
- **Polícia Civil**
(19) 3899-1231
- **Polícia Militar**
190
- **Posto de Atendimento das Mostardas**
(19) 3899-2915
- **Pronto Atendimento**
(19) 3899-1027
- **Serviço Funerário**
(19) 97124-2839
- **Vigilância Sanitária**
(19) 3899-3153



Nova Ouvidoria Municipal

Com a atualização do sistema de administração interna da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Monte Alegre do Sul, a interface de alguns serviços mudou. É o caso da Ouvidoria Municipal.

Para efetuar uma solicitação pelo site www.montealegredosul.sp.gov.br, é necessário realizar um cadastro. Por meio desse cadastro, você pode acompanhar o andamento das suas solicitações.

- Clicando nos botões da Ouvidoria ou do e-sic, o usuário terá acesso ao sistema. Se for o primeiro acesso, clique em Cadastre-se. Caso contrário, basta inserir o Usuário e a Senha.
- No cadastro, insira todas as informações.
- Uma vez realizado o cadastro, faça o login e envie sua solicitação. É possível optar por três tipos de solicitação: aberta (suas informações ficam disponíveis ao setor que recebe a informação); sigilosa (você pode se identificar e solicitar acesso restrito a seus dados); e anônima (nesta opção, não é possível acompanhar o andamento da solicitação).

CABIDE SOLIDÁRIO



23 DE FEVEREIRO, DAS 9H ÀS 15H

**Escola Municipal Raul de Paiva Castro
(Distrito das Mostardas)**

"Se você precisa, pode pegar!"



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA
TURÍSTICA DE MONTE ALEGRE DO SUL
ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



FINANCEIRO									
Unidade Gestora: PREFEITURA MUN. DE MONTE ALEGRE DO SUL				Relação da Receita De 1 a 31 de Outubro de 2018					
Receita	Arrecadado no Período	Arrecadado no Mes	Arrecadado Acumulado	Em					
1 1.1.1.3.03.1.1.01.00.00	IRRF - Folha de Pagamento	14.502,27	14.502,27	137.297,32					
2 1.1.1.3.03.1.1.02.00.00	IRRF - Prestadores PF e PJ	1.071,58	1.071,58	14.185,51					
3 1.1.1.8.01.1.1.01.00.00	IPTU - Territorial	42.332,64	42.332,64	1.007.551,69					
4 1.1.1.8.01.1.1.02.00.00	IPTU - Predial	28.493,25	28.493,25	807.113,55					
5 1.1.1.8.01.1.2.03.00.00	IPTU - Outros	2.975,09	2.975,09	8.804,07					
6 1.1.1.8.01.1.3.03.00.00	IPTU - Outros	2.992,09	2.992,09	173.431,40					
7 1.1.1.8.01.1.4.03.00.00	IPTU - Outros	744,25	744,25	98.608,49					
139 1.1.1.8.01.1.9.03.00.00	IPTU - Outros	218,15	218,15	1.362,87					
8 1.1.1.8.01.4.1.01.00.00	ITBI	6.056,41	6.056,41	166.045,16					
9 1.1.1.8.02.3.1.01.00.00	ISS - SIMPLES NACIONAL	34.726,93	34.726,93	291.468,27					
10 1.1.1.8.02.3.1.02.00.00	ISS - Municipal	11.304,94	11.304,94	232.218,55					
11 1.1.1.8.02.3.2.03.00.00	ISS - Outros	78,77	78,77	2.200,27					
12 1.1.1.8.02.3.3.03.00.00	ISS - Outros	45,39	45,39	4.295,94					
13 1.1.1.8.02.3.4.03.00.00	ISS - Outros	0,00	0,00	967,01					
147 1.1.1.8.02.3.8.03.00.00	ISS - Outros	0,00	0,00	1,44					
146 1.1.1.8.02.3.9.03.00.00	ISS - Outros	0,00	0,00	12,04					
14 1.1.2.1.01.1.1.01.00.00	Taxa de Licença para Funcionamento	0,00	0,00	163.574,27					
15 1.1.2.1.01.1.1.02.00.00	Taxa de Licença para Publicidade	314,34	314,34	12.180,34					
16 1.1.2.1.01.1.1.03.00.00	Taxa de Licença para Funcionamento em Ho	0,00	0,00	13.104,17					
17 1.1.2.1.01.1.1.04.00.00	Taxa de Licença para Execução de Obras	0,00	0,00	35.123,02					
18 1.1.2.1.01.1.1.05.00.00	Taxa de Utilização de Área - Festa do Mo	0,00	0,00	75.053,24					
19 1.1.2.1.01.1.1.06.00.00	Taxa de Utilização de Área - Carnaval	0,00	0,00	14.074,37					
20 1.1.2.1.01.1.1.07.00.00	Taxa de Utilização de Área - Festa do Pa	0,00	0,00	10.640,44					
21 1.1.2.1.01.1.1.08.00.00	Taxa de Utilização de Área - Feira Livre	0,00	0,00	28,00					
22 1.1.2.1.01.1.1.09.00.00	Taxa de Aprovação de Projetos	0,00	0,00	3.533,74					
24 1.1.2.1.01.1.1.11.00.00	Taxa pela Fiscalização da Vigilância San	186,92	186,92	11.850,86					
25 1.1.2.1.01.1.2.12.00.00	Taxas de Inspeção	811,98	811,98	3.108,91					
26 1.1.2.1.01.1.3.12.00.00	Taxas de Inspeção	476,54	476,54	4.841,04					
27 1.1.2.1.01.1.4.12.00.00	Taxas de Inspeção	60,28	60,28	357,70					
149 1.1.2.1.01.1.9.13.00.00	Taxas - Outros	10,75	10,75	10,75					
28 1.1.2.2.01.1.1.01.00.00	Taxa pela Remoção de Lixo (Resíduos Sólí	8.461,60	8.461,60	213.070,85					
29 1.1.2.2.01.1.1.02.00.00	Taxa para Ligação de Água	0,00	0,00	12.274,59					
30 1.1.2.2.01.1.1.03.00.00	Taxa para Ligação de Esgoto	0,00	0,00	897,04					
32 1.1.2.2.01.1.2.05.00.00	Diversas Taxas de Serviços	90,18	90,18	12.523,10					
31 1.1.2.2.01.1.3.05.00.00	Diversas Taxas de Serviços	644,36	644,36	27.714,52					
34 1.1.2.2.01.1.4.05.00.00	Diversas Taxas de Serviços	205,01	205,01	17.340,84					
142 1.1.2.2.01.1.9.05.00.00	Diversas Taxas de Serviços	10,68	10,68	91,22					
35 1.2.4.0.00.1.1.00.00.00	Custeio Ilumi. Pública- Principal	14.889,20	14.889,20	296.022,15					
36 1.3.1.0.01.1.1.00.00.00	Aluguéis e Arrenda. - Principal	1.628,04	1.628,04	26.918,45					
141 1.3.1.0.01.1.2.00.00.00	Aluguéis e Arrenda. - Multas e Juros	18,69	18,69	85,35					
37 1.3.2.1.00.1.1.01.00.00	Rendimentos de Aplicação - Tesouro Geral	1.255,62	1.255,62	18.205,61					
38 1.3.2.1.00.1.1.02.00.00	Rendimentos de Aplicação - FUNDEB	0,00	0,00	4.151,91					
39 1.3.2.1.00.1.1.03.00.00	Rendimentos de Aplicação - MDE Impostos	0,00	0,00	91,45					
40 1.3.2.1.00.1.1.04.00.00	Rendimentos de Aplicação - FNDE QSE	393,36	393,36	589,66					
41 1.3.2.1.00.1.1.05.00.00	Rendimentos de Aplicação - FNDE PNAE Mer	0,00	0,00	7,23					
42 1.3.2.1.00.1.1.06.00.00	Rendimentos de Aplicação - FNDE PNATE Tr	5,90	5,90	60,37					
43 1.3.2.1.00.1.1.07.00.00	Rendimentos de Aplicação - FNDE PDDE	0,00	0,00	12,61					
44 1.3.2.1.00.1.1.09.00.00	Rendimentos de Aplicação - Convênio Mere	0,00	0,00	58,80					
45 1.3.2.1.00.1.1.10.00.00	Rendimentos de Aplicação - Convênio Tran	23,25	23,25	67,87					
47 1.3.2.1.00.1.1.17.00.00	Rendimentos de Aplicação - SUS BLATB	0,00	0,00	1.437,51					
48 1.3.2.1.00.1.1.18.00.00	Rendimentos de Aplicação - SUS BLMAC	0,00	0,00	33,12					
49 1.3.2.1.00.1.1.19.00.00	Rendimentos de Aplicação - SUS BLVGS	0,00	0,00	355,25					
50 1.3.2.1.00.1.1.22.00.00	Rendimentos de Aplicação - SUS Fundo a F	0,00	0,00	1.967,62					
52 1.3.2.1.00.1.1.32.00.00	Rendimentos de Aplicação - FNAS Bloco Pr	17,73	17,73	259,91					
53 1.3.2.1.00.1.1.33.00.00	Rendimentos de Aplicação - FNAS Bloco Ge	0,00	0,00	415,81					
56 1.3.2.1.00.1.1.41.00.00	Rendimentos de Aplicação - CIDE	0,00	0,00	35,20					
58 1.3.2.1.00.1.1.43.00.00	Rendimentos de Aplicação - Iluminação Pú	39.206,88	39.206,88	80.413,52					
130 1.3.2.1.00.1.1.45.00.00	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - REC	0,00	0,00	813,77					
60 1.3.2.2.00.1.1.00.00.00	Dividendos - Principal	13,70	13,70	2.973,15					
61 1.3.2.9.00.1.1.01.00.00	Aluguel de Máquinas e Equipamentos	265,73	265,73	5.926,97					
62 1.6.1.0.01.1.1.01.00.00	Protocolo, Emolumentos e Custas Processu	291,65	291,65	14.244,55					
64 1.6.1.0.01.1.1.03.00.00	Serviços de Capt,Adução,Tratamento,Reser	24.198,89	24.198,89	545.593,45					
65 1.6.1.0.01.1.1.04.00.00	Serviços Coleta,Transp,Trat. Destino Fin	0,00	0,00	152.767,18					
66 1.6.1.0.01.1.1.05.00.00	Diversos Serviços do Cemitério	160,00	160,00	71.595,74					
67 1.6.1.0.01.1.1.06.00.00	Diversos Serviços de Iluminação	0,00	0,00	4.566,12					
68 1.6.1.0.01.1.1.07.00.00	Diversos Serviços do Balneário Municipal	3.030,50	3.030,50	32.199,10					
69 1.6.1.0.01.1.1.08.00.00	Serviços de Limpeza de Terrenos	0,00	0,00	738,06					
124 1.6.1.0.01.1.1.99.00.00	Diversos Eventos Esportivos e Culturais	0,00	0,00	6.650,00					
140 1.6.1.0.01.1.2.10.00.00	Serviços Admi./Comer. - Multas e Juros	169,54	169,54	404,82					
137 1.6.1.0.01.1.3.10.00.00	Serviços Admi./Comer. - Dívida Ativa - O	111,92	111,92	2.844,19					
138 1.6.1.0.01.1.4.10.00.00	Serviços Admi./Comer. - Dívida Ativa - M	0,00	0,00	189,64					
144 1.6.1.0.01.1.8.10.00.00	Serviços Admi./Comer. - Atualização Mone	0,00	0,00	7,43					
143 1.6.1.0.01.1.9.10.00.00	Serviços Admi./Comer. - Dívida Ativa - A	0,00	0,00	24,20					
71 1.7.1.8.01.2.1.00.00.00	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Princi	393.339,94	393.339,94	4.963.670,35					
72 1.7.1.8.01.3.1.00.00.00	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue em	0,00	0,00	82.039,73					
73 1.7.1.8.01.4.1.00.00.00	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue em	0,00	0,00	332.416,35					
74 1.7.1.8.01.5.1.00.00.00	Cota-Parte do ITR - Principal	5.081,74	5.081,74	7.302,67					
75 1.7.1.8.02.6.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo	11.418,82	11.418,82	99.760,96					
76 1.7.1.8.03.1.1.01.00.00	Transferências SUS - ATB PAB Fixo	47.758,68	47.758,68	647.476,71					
78 1.7.1.8.03.1.1.03.00.00	Transferências SUS - ATB Agentes Comunit	0,00	0,00	152.100,00					
82 1.7.1.8.03.1.1.11.00.00	Transferências SUS - MAC Teto Financeiro	3.630,08	3.630,08	36.475,80					
84 1.7.1.8.03.1.1.22.00.00	Transferências SUS - VGS Incentivos Pont	2.162,95	2.162,95	35.663,26					
85 1.7.1.8.03.1.1.23.00.00	Transferências SUS - VGS Programa de Qua	5.977,00	5.977,00	5.977,00					
86 1.7.1.8.03.1.1.31.00.00	Transferências SUS - AFB	4.591,36	4.591,36	22.956,77					
134 1.7.1.8.03.1.1.32.00.00	Transf. Conv. Estr. Unid Atenção Saúde Am	0,00	0,00	80.000,00					
135 1.7.1.8.03.1.1.33.00.00	Transferência de Recursis-SUS-ESTR DA A	0,00	0,00	25.000,00					
145 1.7.1.8.03.1.1.34.00.00	Transferencia SUS - Apoio a implementaçã	168,00	168,00	168,00					
150 1.7.1.8.03.1.1.35.00.00	Transferencia SUS- Educação e Formação e	11.000,00	11.000,00	11.000,00					
87 1.7.1.8.04.1.1.01.00.00	Bloco - Proteção Social Básica	0,00	0,00	87.789,35					
88 1.7.1.8.04.1.1.02.00.00	Bloco - Gestão do SUAS	0,00	0,00	3.020,40					
89 1.7.1.8.04.1.1.03.00.00	Bloco - Gestão do Programa Bolsa Família	1.430,00	1.430,00	12.870,00					
90 1.7.1.8.05.1.1.00.00.00	Transferências do Salário-Educação - Pri	60.392,10	60.392,10	632.515,75					
91 1.7.1.8.05.2.1.00.00.00	Transferências SUS - VGS Programa de Qua	0,00	0,00	2.880,00					
92 1.7.1.8.05.3.1.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE ao PNAE	14.070,20	14.070,20	112.561,60					
94 1.7.1.8.06.1.1.00.00.00	Transfe. Finan. ICMS Desoneração - L.C.	0,00	0,00	9.249,44					
132 1.7.1.8.99.1.1.02.00.00	FPM - APOIO AOS ENTES QUE RECIBEM FPM -	0,00	0,00	66.855,84					
133 1.7.1.8.99.1.1.03.00.00	Transf. Conv. Saúde Estado Emenda Parlam	0,00	0,00	100.000,00					
97 1.7.2.8.01.1.1.00.00.00	Cota-Parte do ICMS - Principal	323.379,62	323.379,62	2.824.984,45					
98 1.7.2.8.01.2.1.00.00.00	Cota-Parte do IPVA - Principal	30.177,44	30.177,44	1.017.933,36					
99 1.7.2.8.01.3.1.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios - Princip	2.340,94	2.340,94	24.403,55					
100 1.7.2.8.01.4.1.00.00.00	Cota-Parte Contril. Inter. Domínio Econôm	3.028,97	3.028,97	22.173,03					
101 1.7.2.8.02.3.1.00.00.00	Cota-Parte Royal.Produção Petróleo Lei 7	2.057,78	2.057,78	16.030,19					
103 1.7.2.8.03.1.1.02.00.00	Assistência Farmacêutica Insumos Diabete	0,00	0,00	15.568,00					
104 1.7.2.8.03.1.1.03.00.00	Campanha Aedes Aegypti	0,00	0,00	4.560,00					
105 1.7.2.8.10.2.1.01.00.00	Convênio - Merenda Escolar	8.572,80	8.572,80	68.582,40					
106 1.7.2.8.10.2.1.02.00.00	Convênio - Transporte Escolar	53.850,00	53.850,00	402.177,73					
108 1.7.2.8.10.9.1.02.00.00	Convênio - SAA Extensão Rural	0,00	0,00	20.000,00					
109 1.7.2.8.10.9.1.99.00.00	Diversos Convênios com o Estado a Classi	0,00	0,00	387.155,06					
110 1.7.5.8.01.1.1.00.00.00	Transferências de Recursos do FUNDEB - P	445.516,44	445.516,44	4.110.177,93					
123 1.9.1.0.01.1.1.01.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsi	4.584,20	4.584,20	7.909,43					
128 1.9.1.0.01.1.1.01.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsi	104,13	104,13	5.333,66					
127 1.9.2.2.99.1.1.99.00.00	- Diversas Restituições Não Classificada	65.728,94	65.728,94	445.734,95					
111 1.9.9.0.99.1.1.01.00.00	Fundo Social de Solidariedade	6.850,00	6.850,00	39.010,00					
131 1.9.9.0.99.2.1.10.00.00	OUTRAS RECEITAS DE VENDA DE FOLHA DE PAG	0,00	0,00	201.009,36					
129 2.4.1.8.03.1.1.01.00.00	Estruturação na Rede de Serviços de ATB	0,00	0,00	159.160,00					

85	1.7.1.8.03.1.1.23.00.00	Transferências SUS - VGS Programa de Qua	0,00	0,00	5.977,00
86	1.7.1.8.03.1.1.31.00.00	Transferências SUS - APB	2.295,68	2.295,68	25.252,45
134	1.7.1.8.03.1.1.32.00.00	Tranf. Conv. Estr. Unid Atenção Saúde Am	0,00	0,00	80.000,00
135	1.7.1.8.03.1.1.33.00.00	Transferência de Recursos-SUS-ESTR DA A	0,00	0,00	25.000,00
145	1.7.1.8.03.1.1.34.00.00	Transferencia SUS - Apoio a implementaçã	0,00	0,00	168,00
150	1.7.1.8.03.1.1.35.00.00	Transferencia SUS- Educação e Formação e	0,00	0,00	11.000,00
87	1.7.1.8.04.1.1.01.00.00	Bloco - Proteção Social Básica	0,00	0,00	87.789,35
88	1.7.1.8.04.1.1.02.00.00	Bloco - Gestão do SUAS	0,00	0,00	3.020,40
89	1.7.1.8.04.1.1.03.00.00	Bloco - Gestão do Programa Bolsa Família	0,00	0,00	12.870,00
90	1.7.1.8.05.1.1.00.00.00	Transferências do Salário-Educação - Pri	77.951,56	77.951,56	710.467,31
91	1.7.1.8.05.2.1.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE ao PDDE -	0,00	0,00	2.880,00
92	1.7.1.8.05.3.1.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE ao PNAE -	14.070,20	14.070,20	126.631,80
94	1.7.1.8.06.1.1.00.00.00	Transfe. Finan. ICMS Desoneração - L.C.	1.156,18	1.156,18	10.405,62
132	1.7.1.8.99.1.1.02.00.00	FPM - APOIO AOS ENTES QUE RECEBEM FPM -	0,00	0,00	66.855,84
133	1.7.1.8.99.1.1.03.00.00	Transf. Conv. Saúde Estado Emenda Parlam	0,00	0,00	100.000,00
97	1.7.2.8.01.1.1.00.00.00	Cota-Parte do ICMS - Principal	237.221,48	237.221,48	3.062.205,93
98	1.7.2.8.01.2.1.00.00.00	Cota-Parte do IPVA - Principal	23.541,84	23.541,84	1.041.475,20
99	1.7.2.8.01.3.1.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios - Princip	2.096,21	2.096,21	26.499,76
100	1.7.2.8.01.4.1.00.00.00	Cota-Parte Contri. Inter. Domínio Econôm	0,00	0,00	22.173,03
101	1.7.2.8.02.3.1.00.00.00	Cota-Parte Royal.Produção Petróleo Lei 7	2.315,44	2.315,44	18.345,63
103	1.7.2.8.03.1.1.02.00.00	Assistência Farmacêutica Insumos Diabete	976,00	976,00	16.544,00
104	1.7.2.8.03.1.1.03.00.00	Campanha Aedes Aegypti	0,00	0,00	4.560,00
105	1.7.2.8.10.2.1.01.00.00	Convênio - Merenda Escolar	8.572,80	8.572,80	77.155,20
106	1.7.2.8.10.2.1.02.00.00	Convênio - Transporte Escolar	53.850,00	53.850,00	456.027,73
108	1.7.2.8.10.9.1.02.00.00	Convênio - SAA Extensão Rural	0,00	0,00	20.000,00
109	1.7.2.8.10.9.1.99.00.00	Diversos Convênios com o Estado a Classi	0,00	0,00	387.155,06
110	1.7.2.8.01.1.1.00.00.00	Transferências de Recursos do FUNDEB - P	338.628,42	338.628,42	4.448.806,35
123	1.9.1.0.01.1.1.01.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsi	2.788,80	2.788,80	10.698,23
128	1.9.1.0.01.1.1.01.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsi	70,70	70,70	5.404,36
127	1.9.2.2.99.1.1.99.00.00	- Diversas Restituições Não Classificada	97.107,83	97.107,83	542.842,78
111	1.9.9.0.99.1.1.01.00.00	Fundo Social de Solidariedade	3.340,00	3.340,00	42.350,00
131	1.9.9.0.99.2.1.10.00.00	OUTRAS RECITAS DE VENDA DE FOLHA DE PAG	3.981,36	3.981,36	204.990,72
129	2.4.1.8.03.1.1.01.00.00	Estruturação na Rede de Serviços de ATB	0,00	0,00	159.160,00
151	2.4.1.8.99.1.1.20.00.00	TRANSF. CONV. UNIAO CENTRO POLIESPORTIVO	56.790,20	56.790,20	56.790,20
115	2.4.2.8.10.9.1.01.00.00	DADETUR Convênio Parque Ecológico	0,00	0,00	66.070,27
121	2.4.2.8.10.9.1.07.00.00	DADETUR Convênio Reforma Sanitário	0,00	0,00	15.359,61
148	2.4.2.8.10.9.1.09.00.00	DADETUR Convenio recapeamento asfaltivo	0,00	0,00	100.000,00
136	2.9.9.0.00.1.1.01.00.00	Tranf. Conv. Ementa Saúde Aquisição Equi	0,00	0,00	215.115,54
Receita			Arrecadado no Período	Arrecadado no Mes	Arrecadado Acumulado
Total Geral da Receita Líquida .			2.016.562,27	2.016.562,27	24.564.445,13

Unidade Gestora: PREFEITURA MUN. DE MONTE ALEGRE DO SUL

Relação da Receita de 1 a 31 de Dezembro de 2018

Receita	Arrecadado no Período	Arrecadado no Mes	Arrecadado Acumulado	Em
1 1.1.1.3.03.1.1.01.00.00	IRRF - Folha de Pagamento	25.238,60	25.238,60	176.648,22
2 1.1.1.3.03.1.1.02.00.00	IRRF - Prestadores PF e PJ	725,64	725,64	14.944,98
3 1.1.1.8.01.1.1.01.00.00	IPTU - Territorial	134.268,57	134.268,57	1.190.546,88
4 1.1.1.8.01.1.1.02.00.00	IPTU - Predial	113.946,73	113.946,73	960.392,49
5 1.1.1.8.01.1.2.03.00.00	IPTU - Outros	4.407,47	4.407,47	17.163,71
6 1.1.1.8.01.1.3.03.00.00	IPTU - Outros	47.868,31	47.868,31	272.577,84
7 1.1.1.8.01.1.4.03.00.00	IPTU - Outros	18.247,08	18.247,08	168.165,98
139 1.1.1.8.01.1.9.03.00.00	IPTU - Outros	5.374,44	5.374,44	6.928,27
8 1.1.1.8.01.4.1.01.00.00	ITBI	48.482,95	48.482,95	216.828,11
9 1.1.1.8.02.3.1.01.00.00	ISS - SIMPLES NACIONAL	23.720,60	23.720,60	341.929,30
10 1.1.1.8.02.3.1.02.00.00	ISS - Municipal	37.163,40	37.163,40	291.314,13
11 1.1.1.8.02.3.2.03.00.00	ISS - Outros	1.183,15	1.183,15	3.742,25
12 1.1.1.8.02.3.3.03.00.00	ISS - Outros	1.823,55	1.823,55	7.212,83
13 1.1.1.8.02.3.4.03.00.00	ISS - Outros	348,39	348,39	1.646,21
147 1.1.1.8.02.3.8.03.00.00	ISS - Outros	2,58	2,58	4,02
146 1.1.1.8.02.3.9.03.00.00	ISS - Outros	67,10	67,10	79,14
14 1.1.2.1.01.1.1.01.00.00	Taxa de Licença para Funcionamento	9.252,12	9.252,12	180.412,83
15 1.1.2.1.01.1.1.02.00.00	Taxa de Licença para Publicidade	1.304,85	1.304,85	13.946,04
16 1.1.2.1.01.1.1.03.00.00	Taxa de Licença para Funcionamento em Ho	714,60	714,60	15.015,68
17 1.1.2.1.01.1.1.04.00.00	Taxa de Licença para Execução de Obras	4.919,08	4.919,08	47.911,14
18 1.1.2.1.01.1.1.05.00.00	Taxa de Utilização de Área - Festa do Mo	445,69	445,69	75.498,93
19 1.1.2.1.01.1.1.06.00.00	Taxa de Utilização de Área - Carnaval	206,68	206,68	14.281,05
20 1.1.2.1.01.1.1.07.00.00	Taxa de Utilização de Área - Festa do Pa	0,00	0,00	10.640,44
21 1.1.2.1.01.1.1.08.00.00	Taxa de Utilização de Área - Feira Livre	121,04	121,04	149,04
22 1.1.2.1.01.1.1.09.00.00	Taxa de Aprovação de Projetos	17,76	17,76	3.551,50
24 1.1.2.1.01.1.1.11.00.00	Taxa pela Fiscalização da Vigilância San	851,37	851,37	12.973,89
25 1.1.2.1.01.1.2.12.00.00	Taxas de Inspeção	1.897,34	1.897,34	6.378,54
26 1.1.2.1.01.1.3.12.00.00	Taxas de Inspeção	6.435,05	6.435,05	13.986,56
27 1.1.2.1.01.1.4.12.00.00	Taxas de Inspeção	1.751,13	1.751,13	3.017,36
149 1.1.2.1.01.1.9.13.00.00	Taxas - Outros	437,20	437,20	554,12
28 1.1.2.2.01.1.1.01.00.00	Taxa pela Remoção de Lixo (Resíduos Sólid	24.958,69	24.958,69	248.111,36
29 1.1.2.2.01.1.1.02.00.00	Taxa para Ligação de Água	0,00	0,00	12.274,59
30 1.1.2.2.01.1.1.03.00.00	Taxa para Ligação de Esgoto	0,00	0,00	897,04
32 1.1.2.2.01.1.2.05.00.00	Diversas Taxas de Serviços	2.063,62	2.063,62	16.300,28
33 1.1.2.2.01.1.3.05.00.00	Diversas Taxas de Serviços	4.027,47	4.027,47	37.848,64
34 1.1.2.2.01.1.4.05.00.00	Diversas Taxas de Serviços	2.905,89	2.905,89	25.515,08
142 1.1.2.2.01.1.9.05.00.00	Diversas Taxas de Serviços	500,89	500,89	1.709,41
35 1.2.4.0.00.1.1.00.00.00	Custeio Ilumi. Pública- Principal	-14.889,20	-14.889,20	305.980,18
36 1.3.1.0.01.1.1.00.00.00	Aluguéis e Arrenda. - Principal	3.435,07	3.435,07	33.378,47
141 1.3.1.0.01.1.2.00.00.00	Aluguéis e Arrenda. - Multas e Juros	25,37	25,37	110,72
37 1.3.2.1.00.1.1.01.00.00	Rendimentos de Aplicação - Tesouro Geral	1.009,20	1.009,20	20.421,54
38 1.3.2.1.00.1.1.02.00.00	Rendimentos de Aplicação - FUNDEB	0,00	0,00	4.151,91
39 1.3.2.1.00.1.1.03.00.00	Rendimentos de Aplicação - MDE Impostos	0,00	0,00	91,45
40 1.3.2.1.00.1.1.04.00.00	Rendimentos de Aplicação - FNDE QSE	0,00	0,00	589,85
41 1.3.2.1.00.1.1.05.00.00	Rendimentos de Aplicação - FNDE PNAE Mer	0,00	0,00	7,23
42 1.3.2.1.00.1.1.06.00.00	Rendimentos de Aplicação - FNDE PNATE Tr	0,00	0,00	60,37
43 1.3.2.1.00.1.1.07.00.00	Rendimentos de Aplicação - FNDE PDDE	2,62	2,62	24,42
44 1.3.2.1.00.1.1.09.00.00	Rendimentos de Aplicação - Convênio Mere	5,31	5,31	64,39
45 1.3.2.1.00.1.1.10.00.00	Rendimentos de Aplicação - Convênio Tran	0,04	0,04	67,94
47 1.3.2.1.00.1.1.17.00.00	Rendimentos de Aplicação - SUS BLATB	0,00	0,00	1.437,51
48 1.3.2.1.00.1.1.18.00.00	Rendimentos de Aplicação - SUS BLMAC	0,00	0,00	33,12
49 1.3.2.1.00.1.1.19.00.00	Rendimentos de Aplicação - SUS BLVGS	0,00	0,00	355,25
50 1.3.2.1.00.1.1.22.00.00	Rendimentos de Aplicação - SUS Fundo a F	4,52	4,52	1.973,44
52 1.3.2.1.00.1.1.32.00.00	Rendimentos de Aplicação - FNAS Bloco Gr	171,24	171,24	448,01
53 1.3.2.1.00.1.1.33.00.00	Rendimentos de Aplicação - FNAS Bloco Ge	35,72	35,72	451,53
56 1.3.2.1.00.1.1.41.00.00	Rendimentos de Aplicação - CIDE	30,75	30,75	66,11
58 1.3.2.1.00.1.1.43.00.00	Rendimentos de Aplicação - Iluminação Pú	42.375,81	42.375,81	142.765,61
130 1.3.2.1.00.1.1.45.00.00	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - REC	76,69	76,69	890,46
60 1.3.2.2.00.1.1.00.00.00	Dividendos - Principal	107,00	107,00	3.103,59
61 1.3.2.9.00.1.1.01.00.00	Aluguel de Máquinas e Equipamentos	2.490,97	2.490,97	9.059,94
62 1.6.1.0.01.1.1.01.00.00	Protocolo, Emolumentos e Custas Processu	2.684,05	2.684,05	20.646,38
64 1.6.1.0.01.1.1.03.00.00	Serviços de Capt,Adução,Tratamento,Reser	186.393,90	186.393,90	828.501,16
65 1.6.1.0.01.1.1.04.00.00	Serviços Coleta,Transp,Trat. Destino Fin	0,00	0,00	152.767,18

66	1.6.1.0.01.1.1.05.00.00	Diversos Serviços do Cemitério	3.534,84	3.534,84	77.293,30
67	1.6.1.0.01.1.1.06.00.00	Diversos Serviços de Iluminação	235,03	235,03	4.801,15
68	1.6.1.0.01.1.1.07.00.00	Diversos Serviços do Balcário Municipal	3.245,50	3.245,50	39.019,60
69	1.6.1.0.01.1.1.08.00.00	Serviços de Limpeza de Terrenos	1.539,66	1.539,66	4.194,05
124	1.6.1.0.01.1.1.99.00.00	Diversos Eventos Esportivos e Culturais	0,00	0,00	6.650,00
140	1.6.1.0.01.1.2.10.00.00	Serviços Admi./Comer. - Multas e Juros	306,32	306,32	746,64
137	1.6.1.0.01.1.3.10.00.00	Serviços Admi./Comer. - Dívida Ativa - O	276,10	276,10	5.260,82
138	1.6.1.0.01.1.4.10.00.00	Serviços Admi./Comer. - Dívida Ativa - M	172,12	172,12	4.548,40
144	1.6.1.0.01.1.8.10.00.00	Serviços Admi./Comer. - Atualização Mone	12,32	12,32	19,75
143	1.6.1.0.01.1.9.10.00.00	Serviços Admi./Comer. - Dívida Ativa - A	71,33	71,33	1.182,95
71	1.7.1.8.01.2.1.00.00.00	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Princi	661.821,52	661.821,52	6.144.164,70
72	1.7.1.8.01.3.1.00.00.00	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue em	340.711,79	340.711,79	422.751,52
73	1.7.1.8.01.4.1.00.00.00	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue em	0,00	0,00	332.416,35
74	1.7.1.8.01.5.1.00.00.00	Cota-Parte do ITR - Principal	671,20	671,20	9.361,35
75	1.7.1.8.02.6.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo	13.280,85	13.280,85	127.480,73
76	1.7.1.8.03.1.1.01.00.00	Transferências SUS - ATB PAB Fixo	74.018,68	74.018,68	777.254,07
78	1.7.1.8.03.1.1.03.00.00	Transferências SUS - ATB Agentes Comunit	45.630,00	45.630,00	212.940,00
82	1.7.1.8.03.1.1.11.00.00	Transferências SUS - MAC Teto Financeiro	6.950,84	6.950,84	47.056,72
84	1.7.1.8.03.1.1.22.00.00	Transferências SUS - VGS Incentivos Pont	5.325,90	5.325,90	48.152,11
85	1.7.1.8.03.1.1.23.00.00	Transferências SUS - VGS Programa de Qua	5.977,00	5.977,00	11.954,00
86	1.7.1.8.03.1.1.31.00.00	Transferências SUS - APB	2.295,68	2.295,68	27.548,13
134	1.7.1.8.03.1.1.32.00.00	Tranf. Conv. Estr. Unid Atenção Saúde Am	0,00	0,00	80.000,00
135	1.7.1.8.03.1.1.33.00.00	Transferência de Recursos-SUS-ESTR DA A	0,00	0,00	25.000,00
145	1.7.1.8.03.1.1.34.00.00	Transferencia SUS - Apoio a implementaçã	0,00	0,00	168,00
150	1.7.1.8.03.1.1.35.00.00	Transferencia SUS- Educação e Formação e	0,00	0,00	11.000,00
87	1.7.1.8.04.1.1.01.00.00	Bloco - Proteção Social Básica	6.486,67	6.486,67	94.276,02
88	1.7.1.8.04.1.1.02.00.00	Bloco - Gestão do SUAS	0,00	0,00	3.020,40
89	1.7.1.8.04.1.1.03.00.00	Bloco - Gestão do Programa Bolsa Família	2.860,00	2.860,00	15.730,00
90	1.7.1.8.05.1.1.00.00.00	Transferências do Salário-Educação - Pri	50.900,33	50.900,33	761.367,64
91	1.7.1.8.05.2.1.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE ao PDDE -	0,00	0,00	2.880,00
92	1.7.1.8.05.3.1.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE ao PNAE -	14.070,20	14.070,20	140.702,00
94	1.7.1.8.06.1.1.00.00.00	Transfe. Finan. ICMS Desoneração - L.C.	1.156,18	1.156,18	11.561,80
132	1.7.1.8.99.1.1.02.00.00	FPM - APOIO AOS ENTES QUE RECEBEM FPM -	0,00	0,00	66.855,84
133	1.7.1.8.99.1.1.03.00.00	Transf. Conv. Saúde Estado Emenda Parlam	0,00	0,00	100.000,00
97	1.7.2.8.01.1.1.00.00.00	Cota-Parte do ICMS - Principal	161.200,96	161.200,96	3.223.406,89
98	1.7.2.8.01.2.1.00.00.00	Cota-Parte do IPVA - Principal	24.772,97	24.772,97	1.066.248,17
99	1.7.2.8.01.3.1.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios - Princip	2.224,73	2.224,73	28.724,49
100	1.7.2.8.01.4.1.00.00.00	Cota-Parte Contrí. Inter. Domínio Econôm	0,00	0,00	22.173,03
101	1.7.2.8.02.3.1.00.00.00	Cota-parte Royal.Produção Petróleo Lei 7	2.376,61	2.376,61	20.722,24
103	1.7.2.8.03.1.1.02.00.00	Assistência Farmacêutica Insumos Diabete	5.853,00	5.853,00	22.397,00
104	1.7.2.8.03.1.1.03.00.00	Campanha Aedes Aegypti	0,00	0,00	4.560,00
105	1.7.2.8.10.2.1.01.00.00	Convênio - Merenda Escolar	8.572,80	8.572,80	85.728,00
106	1.7.2.8.10.2.1.02.00.00	Convênio - Transporte Escolar	53.850,00	53.850,00	509.877,73
108	1.7.2.8.10.9.1.02.00.00	Convênio - SAA Extensão Rural	0,00	0,00	20.000,00
109	1.7.2.8.10.9.1.99.00.00	Diversos Convênios com o Estado a Classi	0,00	0,00	387.155,06
110	1.7.5.8.01.1.1.00.00.00	Transferências de Recursos do FUNDEB - P	413.025,71	413.025,71	4.861.832,06
123	1.9.1.0.01.1.1.01.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsi	2.212,02	2.212,02	12.910,25
128	1.9.1.0.01.1.1.01.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsi	1.710,08	1.710,08	7.114,44
127	1.9.2.2.99.1.1.99.00.00	- Diversas Restituições Não Classificada	28.247,04	28.247,04	571.089,82
111	1.9.9.0.99.1.1.01.00.00	Fundo Social de Solidariedade	785,00	785,00	43.135,00
131	1.9.9.0.99.2.1.10.00.00	OUTRAS RECEITAS DE VENDA DE FOLHA DE PAG	174,83	174,83	205.165,55
129	2.4.1.8.03.1.1.01.00.00	Estruturação na Rede de Serviços de ATB	0,00	0,00	159.160,00
151	2.4.1.8.99.1.1.20.00.00	TRANSP. CONV. UNIAO CENTRO POLIESPORTIVO	0,00	0,00	56.790,20
115	2.4.2.8.10.9.1.01.00.00	DADETUR Convênio Parque Ecológico	0,00	0,00	66.070,27
116	2.4.2.8.10.9.1.02.00.00	DADETUR Convênio Terminal Rodoviário	67.446,00	67.446,00	67.446,00
121	2.4.2.8.10.9.1.07.00.00	DADETUR Convênio Reforma Sanitário	0,00	0,00	15.359,61
148	2.4.2.8.10.9.1.09.00.00	DADETUR Convenio reapecamento asfaltivo	0,00	0,00	100.000,00
136	2.9.9.0.00.1.1.01.00.00	Tranf. Conv. Ementa Saúde Aquisição Equi	0,00	0,00	215.115,54
Total Geral da Receita Líquida .			2.763.639,90	2.763.639,90	27.328.085,03

Subtotal	(2)	0,00	1.567.411,21	1.567.411,21

Total das Receitas (1+2)		0,00	18.822.567,51	18.822.567,51

Despesas Consideradas para Fins de Limite Constitucional				
Despesa Liquidada por Funções e Subfunções de Governo				
12.122	Administração Geral	0,00	568.285,81	568.285,81
12.361	Ensino Fundamental	0,00	1.100.476,61	1.100.476,61
12.365	Educação Infantil	0,00	995.564,57	995.564,57
12.367	Educação Especial	0,00	33.433,50	33.433,50
Despesa FUNDEB - Profissionais do Magistério		0,00	4.861.832,06	4.861.832,06
Despesa FUNDEB - Outras Despesas		0,00	266.856,24	266.856,24

Subtotal	(3)	0,00	7.826.448,79	7.826.448,79

Ganho nas Transferências do FUNDEB (4)		0,00	(2.515.202,61)	(2.515.202,61)
Perda nas Transferências do FUNDEB (5)		0,00	0,00	0,00
Deduções Consideradas para Fins de Limite Constitucional (6)		0,00	(943.096,87)	(943.096,87)

Total das Despesas para Fins do Limite Constitucional (3+4+5+6)		0,00	4.368.149,31	4.368.149,31

Percentual Aplicado ((3+4+5+6)/1) * 100		0,00	25,32	25,32

Resumo dos Gastos com Educação				
Constituição Federal				
Aplicação Mínima de 25% com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, conforme artigo 212				

(A) Receitas Resultantes de Impostos.:		0,00	17.255.156,30	17.255.156,30
(B) Valor Mínimo a Aplicar.....:(25% / A)		0,00	4.313.789,08	4.313.789,08
(C) Valor Aplicado.....:		0,00	4.368.149,31	4.368.149,31
(D) Percentual Aplicado.....:(C / A) * 100		0,00%	25,32%	25,32%

FUNDEB - Lei 11.494, de 20/06/2007				
Aplicação Mínima de 60% com Pessoal em Efetivo Exercício no Magistério, conforme artigo 22				

(E) Receitas Recebidas do FUNDEB.....:		0,00	4.861.832,06	4.861.832,06
(F) Valor Mínimo a Aplicar.....:(60% de E)		0,00	2.917.099,24	2.917.099,24
(G) Valor Aplicado.....:		0,00	4.861.832,06	4.861.832,06
(D) Percentual Aplicado.....:(G / E) * 100		0,00%	100,00%	100,00%

LEIS MUNICIPAIS

LEI MUNICIPAL Nº 1855 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2019

Institui e regulamenta o encaminhamento à Câmara Municipal de Portarias e Decretos do Poder Executivo.

O Prefeito Municipal da Estância Turística de Monte Alegre do Sul, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que a Câmara Municipal emessão realizada no dia 06 de fevereiro de 2019 aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo obrigado a encaminhar à Câmara Municipal, no prazo de 2 (dois) dias úteis contados a partir da data de registro em livro próprio da Prefeitura Municipal, Portarias e Decretos expedidos.

§ 1º O encaminhamento poderá ser realizado por meio físico, através de ofício protocolado na Secretaria da Câmara, ou eletrônico, mediante mensagem endereçada ao email oficial da Câmara Municipal, disponível no sítio eletrônico do Poder Legislativo.

§ 2º Caso os atos oficiais de que trata o caput sejam encaminhados de modo intempestivo, o Chefe do Poder Executivo deverá apresentar, junto do ato encaminhado e por meio físico, a devida justificativa.

Art. 2º Tendo o Poder Legislativo tomado conhecimento, por meio próprio ou através de denúncia, de Portarias e Decretos do Poder Executivo expedidos há mais de 5 (cinco) dias úteis sem o devido encaminhamento de que trata esta Lei, deverá o Presidente da Câmara oficiar o Prefeito Municipal requerendo esclarecimentos.

Parágrafo Único – O Prefeito Municipal, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento do ofício, encaminhará à Câmara os requeridos esclarecimentos, em ofício a ser lido na sessão ordinária subsequente ao seu recebimento.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Alegre do Sul, 08 de fevereiro de 2019
EDSON RÓDRIGO DE OLIVEIRA CUNHA
Prefeito Municipal
Registrada em livro próprio e publicada em 08 de fevereiro de 2019
Luciana Maria Gonçalves Benedetti
Diretora de Administração e Governo Municipal

LEI Nº 1856 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2019

Autoriza a conceder no exercício de 2.019, subvenção social à entidade denominada Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Amparo – APAE e dá outras providências.

O Prefeito Municipal da Estância Turística de Monte Alegre do Sul, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que a Câmara Municipal emessão realizada no dia 06 de fevereiro de 2019 aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar Termo de Colaboração para concessão de subvenção social à entidade denominada Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Amparo – APAE, com inscrição no CNPJ sob nº 44.696.177/0001-40, no exercício de 2.019.

Parágrafo único – Integra a presente Lei o Anexo I, contendo minuta do Termo de Colaboração a ser lavrado.

Art. 2º O valor total da subvenção será de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), concedidos em doze (12) parcelas mensais com desembolso de acordo com o cronograma constante do Plano de Trabalho apresentado pela entidade e aprovado pelo Conselho Municipal de Educação.

Art. 3º Os repasses destas subvenções ficam condicionados à disponibilidade financeira do Município.

Art. 4º A entidade subvencionada deverá seguir as determinações e regulamentos constantes do Termo de Colaboração a ser celebrado com o Município.

Art. 5º As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Monte Alegre do Sul, 08 de fevereiro de 2019
EDSON RÓDRIGO DE OLIVEIRA CUNHA
Prefeito Municipal
Registrada em livro próprio e publicada em 08 de fevereiro de 2019
Luciana Maria Gonçalves Benedetti
Diretora de Administração e Governo Municipal

LEI Nº 1857 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2019

Autoriza a conceder no exercício de 2.019, subvenção social à entidade denominada Associação Franciscana de Assistência Social Coração de Maria dá outras providências.

O Prefeito Municipal da Estância Turística de Monte Alegre do Sul, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que a Câmara Municipal emessão realizada no dia 06 de fevereiro de 2019 aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar Termo de Colaboração para concessão de subvenção social à entidade denominada Associação Franciscana de Assistência Social Coração de Maria, com inscrição no CNPJ sob nº 57.521.759/0001-37, no exercício de 2.019.

Parágrafo único – Integra a presente lei o Anexo I, contendo minuta do termo de colaboração a ser lavrado.

Art. 2º O valor total da subvenção será de R\$ 83.832,00 (oitenta e três mil, oitocentos e trinta e dois reais), concedidos em doze (12) parcelas mensais com desembolso de acordo com o cronograma constante do Plano de Trabalho apresentado pela entidade e aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 3º Os repasses destas subvenções ficam condicionados à disponibilidade financeira do Município.

Art. 4º A entidade subvencionada deverá seguir as determinações e regulamentos constantes do Termo de Colaboração a ser celebrado com o Município.

Art. 5º As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Monte Alegre do Sul, 08 de fevereiro de 2019
EDSON RÓDRIGO DE OLIVEIRA CUNHA
Prefeito Municipal
Registrada em livro próprio e publicada em 08 de fevereiro de 2019
Luciana Maria Gonçalves Benedetti
Diretora de Administração e Governo Municipal

LEI Nº 1858 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2019

Estabelece valor mínimo para ajuntamento de ação de execução fiscal, para o recebimento de créditos de qualquer natureza devidos à fazenda pública municipal, vencidos e/ou inscritos em dívida ativa, executados ou não, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal da Estância Turística de Monte Alegre do Sul, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que a Câmara Municipal em sessão realizada no dia 06 de fevereiro de 2019 aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fixa fixado o valor de R\$ 998,00 (novecentos e noventa e oito reais), equivalente a 100% do salário mínimo vigente no país, o valor mínimo para o ajuntamento de ação de execução fiscal objetivando a cobrança de dívida ativa da Fazenda Pública Municipal, exceto quando proveniente de termo de confissão de dívida realizadas em acordo judicial ou extrajudicial.

§ 1º - Para fins de que trata o valor mínimo indicado no caput deste artigo, será considerada a soma dos débitos consolidados das inscrições reunidas.

§ 2º - Entende-se por valor consolidado aquele resultante da atualização do débito originário, somados aos encargos e demais acréscimos legais ou contratuais, devidos até a data da sua apuração.

§ 3º - Na hipótese de existência de vários débitos de um mesmo devedor inferiores ao limite fixado no "caput" que, consolidados por identificação de inscrição cadastral, superem referido limite, deverá ser ajuizada uma única execução fiscal.

§ 4º - O valor apontado no caput será reajustado anualmente quando da divulgação e implementação do salário mínimo.

Artigo 2º - A Procuradoria Geral do Município fica autorizada, por intermédio de seus procuradores, a requerer o arquivamento das execuções fiscais já distribuídas, mediante requerimento nos autos das execuções fiscais, de débitos inscritos como dívida ativa, ou aqueles em cobrança administrativa, ainda não ajuizados, ambos de valor consolidado inferior a 01 (um) salário mínimo, reajustado anualmente na forma do artigo

1º, §3º.

Artigo 3º - Os valores da dívida ativa da Fazenda Pública Municipal inferiores a R\$ 998,00, equivalente a 100% do valor do salário mínimo vigente no país, ainda não objeto de ajuizamento de ação de execução fiscal, serão cobrados administrativamente mediante notificação extrajudicial, e se não pagos no prazo concedidos, serão levados a protesto no cartório competente, nos termos da lei nº 1.743, de 24 de junho de 2015.

Parágrafo único - Fica ressalvada a possibilidade de propositura de ação judicial cabível nas hipóteses de valores consolidados inferiores ao limite estabelecido no artigo 1º, a critério da Procuradoria Geral do Município.

Artigo 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a estabelecer procedimentos administrativos de cobrança, protesto extrajudicial de créditos de qualquer natureza devidos à Fazenda Pública Municipal, vencidos e inscritos em dívida ativa, executados judicialmente ou não, ressalvados os casos de suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

§1º - O protesto extrajudicial dos créditos tributários deverá observar os preceitos da Lei Federal nº 9.492, de 10.09.1997, em especial ao Parágrafo único de seu artigo 1º.

§2º - Fica desde já autorizado o Poder Executivo a realizar convênio com os Cartórios de abrangência do Município para a realização dos protestos.

§3º - quando os títulos não puderem ser protestados em razão dos devedores localizarem-se fora da abrangência da Comarca, fica desde já autorizada a Procuradoria a promover as execuções fiscais independente dos valores previstos nesta lei.

§4º - Decorrido o prazo prescricional para a cobrança judicial de créditos tributários ou não, deverá ser promovida a baixa da inscrição e a extinção dos mesmos.

§5º - A adoção das medidas previstas nesta Lei não afasta a incidência de atualização monetária, multa e juros de mora, nem elide a exigência de prova da quitação para com a Fazenda Pública Municipal, quando exigida.

Artigo 5º - O Chefe do Poder Executivo Municipal expedirá instruções complementares ao disposto nesta Lei, quando necessárias, inclusive quanto a implementação de programas administrativos específicos para a cobrança de créditos não sujeitos à cobrança pela via judicial.

Artigo 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Monte Alegre do Sul, 08 de fevereiro de 2019
EDSON RÓDRIGO DE OLIVEIRA CUNHA
Prefeito Municipal
Registrada em livro próprio e publicada em 08 de fevereiro de 2019
Luciana Maria Gonçalves Benedetti
Diretora de Administração e Governo Municipal

LEI Nº 1859 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2019

Institui o programa municipal "Família Acolhedora", para o acolhimento provisorio de crianças e adolescentes do município em situação de risco e dá outras providências.

O Prefeito Municipal da Estância Turística de Monte Alegre do Sul, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que a Câmara Municipal em sessão realizada no dia 06 de fevereiro de 2019 aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Capítulo I

DO PROGRAMA SOCIAL

Art. 1º Fica instituído o programa "Família Acolhedora" para atender as disposições do art. 227, caput, e seu § 3º, inciso VI, e § 7º da Constituição Federal, como parte integrante da política de atendimento à criança e ao adolescente do Município de Monte Alegre do Sul, de proteção social especial, que visa propiciar o Acolhimento Familiar de Crianças e Adolescentes afastados do convívio familiar por determinação judicial, com os seguintes objetivos:

I - reconstrução de vínculos familiares e comunitários;

II - garantia do direito à convivência familiar e comunitária;

III - oferta de atenção especial às crianças e adolescentes, bem como às suas famílias, através de trabalho psicossocial em conjunto com as demais políticas sociais, visando preferencialmente o retorno da criança e do adolescente de forma protegida à família de origem;

IV - rompimento do ciclo da violência e da violação de direitos em famílias socialmente vulneráveis;

V - inserção e acompanhamento sistemático na rede de serviços, visando à proteção integral da criança e/ou adolescente e de sua família;

VI - contribuir na superação da situação vivida pelas crianças e adolescentes com menor grau de sofrimento e perda, preparando-os para a reintegração familiar ou colocação em família substituta.

Art. 2º: As crianças e adolescentes somente serão encaminhados para a inclusão no programa "Família Acolhedora" através de determinação da autoridade judiciária competente, considerando a existência de disponibilidade de famílias cadastradas e a manifestação do serviço, ficando a este também vinculadas.

Art. 3º: O programa Família Acolhedora atenderá crianças e adolescentes, na faixa etária de 0 (zero) a 18 (dezoito) anos incompletos, do município que tenham seus direitos ameaçados ou violados, vítimas de violência sexual, física, psicológica, negligência, em situação de abandono, de vulnerabilidade social e que necessitem de proteção, sempre com determinação judicial.

Parágrafo único - O atendimento às crianças e aos adolescentes dependerá da disponibilidade de acolhimento das famílias acolhedoras cadastradas.

Art. 4º: Compete exclusivamente à autoridade judiciária determinar o acolhimento familiar, encaminhando a criança ou adolescente para a inclusão no programa Família Acolhedora.

Capítulo II

DOS ÓRGÃOS ENVOLVIDOS

Art. 5º: A gestão do programa "Família Acolhedora" fica vinculada à Diretoria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social e sua execução se dá através dos serviços públicos e da rede de organizações de assistência social, tendo como principais parceiros:

I - Poder Judiciário;

II - Ministério Público;

III - Conselho Tutelar;

IV - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

V - Diretoria Municipal de Saúde;

VI - Diretoria Municipal de Educação;

Art. 6º: Compete aos executores dos Serviços de Acolhimento em Famílias Acolhedoras:

I - selecionar e capacitar as famílias ou indivíduos que serão habilitados como "família acolhedora";

II - receber a criança ou o adolescente na sede do serviço, após aplicação da medida de proteção pelos órgãos competentes, exceto casos em que a criança já estiver em abrigo e preparar a criança ou o adolescente para o encaminhamento à Família Acolhedora; III - acompanhar o desenvolvimento da criança e do adolescente na Família Acolhedora;

IV - acompanhar sistematicamente a Família Acolhedora;

V - atender e acompanhar a família de origem, visando a reintegração familiar ou o encaminhamento para família substituta;

VI - garantir que a família de origem mantenha vínculos com a criança ou o adolescente, nos casos em que não houver proibição do Poder Judiciário.

Capítulo III

REQUISITOS, INSCRIÇÃO E SELEÇÃO DAS FAMÍLIAS

CANDIDATAS AO ACOLHIMENTO FAMILIAR

Art. 7º: São requisitos para que as famílias participem do programa "Família Acolhedora":

I - serem residentes no Município de Monte Alegre do Sul, sendo vedada a mudança de domicílio;

II - ao menos um de seus membros seja maior de 21 (vinte e um) anos, sem restrição de gênero ou estado civil;

III - apresentarem idoneidade moral, boas condições de saúde física e mental e estejam interessados em ter sob sua responsabilidade crianças e adolescentes, zelando pelo seu bem estar;

IV - não apresentarem problemas psiquiátricos ou de dependência de substâncias psicoativas;

V - possuírem disponibilidade para participar do processo de habilitação e das atividades do serviço;

VI - não manifestarem interesse por adoção da criança e do adolescente participante do programa;

VII - estarem os membros da família em comum acordo com o acolhimento.

Art. 8º: A inscrição das famílias interessadas em participar do programa "Família Acolhedora" será gratuita e permanente, realizada por meio do preenchimento de Ficha de Cadastro do Serviço, cuja disponibilização será amplamente divulgada na imprensa oficial, com a apresentação dos documentos abaixo indicados:

I - Carteira de Identidade - RG e Cadastro de Pessoas Físicas - CPF/MF;

II - Certidão de Nascimento ou Casamento;

III - Comprovante de residência;

IV - Certidão negativa de antecedentes criminais;

V - Avaliação psicossocial de responsabilidade favorável à inclusão.

Art. 9º: A seleção das famílias inscritas ocorrerá de forma permanente, através de estudo psicossocial de responsabilidade da Equipe Técnica do programa.

§ 1º O estudo psicossocial envolverá todos os membros da família e será realizado através de visitas domiciliares, entrevistas, contatos colaterais, atividades grupais e observação das relações familiares e comunitárias.

§ 2º Após a emissão de parecer psicossocial favorável à inclusão da família no Serviço, a mesma assinará um Termo de Adesão.

Art. 10: Compete à Diretoria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social a composição da equipe técnica do programa Família Acolhedora

Art. 11: A Equipe técnica do programa Família Acolhedora terá as seguintes atribuições:

I - Avaliar, cadastrar, selecionar, capacitar, assistir e acompanhar as famílias acolhedoras;

II - acompanhar e dar apoio psicossocial às famílias acolhedoras, famílias de origem e crianças e adolescentes durante o acolhimento, visando a possibilidade de reintegração familiar;

III - garantir apoio psicossocial à Família Acolhedora após a saída da criança;

IV - oferecer às famílias de origem apoio e orientação psicossocial, inclusão nos programas sociais da prefeitura e inclusão na rede sócio assistencial;

V - acompanhar crianças, adolescentes e famílias de origem após a reintegração familiar por até dois anos;

VI - organizar encontros, cursos, capacitações e eventos;

VII - realizar a avaliação sistemática do programa e de seu alcance social;

Capítulo IV

DO ACOMPANHAMENTO, DAS RESPONSABILIDADES E DO DESLIGAMENTO

Art. 12: A família acolhedora, sempre que possível, será previamente informada com relação à previsão de tempo do acolhimento da criança ou adolescente para o qual foi chamada a acolher, considerando as disposições do art. 19 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, devendo ser informada que a duração do acolhimento pode variar de acordo com a situação apresentada.

Art. 13: As famílias selecionadas receberão acompanhamento e preparação contínua através da equipe técnica do serviço, sendo orientadas sobre os objetivos do programa, sobre a diferenciação com a medida de adoção, sobre a recepção, manutenção e o desligamento das crianças ou adolescentes.

Art. 14: O acompanhamento das famílias cadastradas será feito através de:

I - orientação direta às famílias nas visitas domiciliares e entrevistas;

II - obrigatoriedade de participação nos encontros de estudo e troca de experiência com todas as famílias, com abordagem do Estatuto da Criança e do Adolescente, questões sociais relativas à família de origem, relações intrafamiliares, guarda, papel da família acolhedora e outras questões pertinentes;

III - participação em cursos e eventos de formação;

IV - supervisão e visitas periódicas da Equipe Técnica do programa.

Art. 15: A família acolhedora tem a responsabilidade familiar pelas crianças e adolescentes acolhidos, responsabilizando-se por:

I - todos os direitos e responsabilidades legais reservados ao guardião, obrigando-se à prestação de assistência material, moral e educacional à criança e ao adolescente, conferindo ao seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais, nos termos no artigo 33 do Estatuto da Criança e do Adolescente;

II - participar do processo de preparação, formação e acompanhamento;

III - prestar informações sobre a situação da criança ou adolescente acolhido aos profissionais que estão acompanhando a situação;

IV - contribuir na preparação da criança ou adolescente para o retorno à família de origem, sempre sob orientação técnica dos profissionais do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;

V - nos casos de inadaptação, proceder a desistência formal da guarda, responsabilizando-se pelos cuidados da criança ou adolescente acolhido até novo encaminhamento, o qual será determinado pela autoridade judiciária.

Art. 16: A família poderá ser desligada do serviço:

I - por determinação judicial, atendendo aos encaminhamentos pertinentes ao retorno à família de origem ou colocação em família substituta;

II - em caso de perda de quaisquer dos requisitos previstos nesta lei ou descumprimento das obrigações e responsabilidades de acompanhamento;

III - por solicitação por escrito da própria família.

Art. 17: Em qualquer caso de desligamento serão realizadas pelo programa as seguintes medidas:

I - acompanhamento psicossocial à família acolhedora após o desligamento da criança ou adolescente, atendendo às suas necessidades;

II - orientação e supervisão, quando a equipe técnica e os envolvidos avaliarem como pertinente, do processo de visitas entre a família acolhedora e a família de origem ou extensa que recebeu a criança ou o adolescente, visando a manutenção do vínculo.

Capítulo V

PERÍODO DE ACOLHIMENTO

Art. 18: O período de acolhimento em Família Acolhedora será de até 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado, sob a comprovação da necessidade que atenda ao superior interesse da criança, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.

Art. 19: O encaminhamento da criança ou adolescente ocorrerá mediante "Termo de Guarda e Responsabilidade" concedido à família acolhedo-



ra por determinação em processo judicial.

Parágrafo Único – O Conselho Tutelar, em caráter excepcional e urgente, poderá fazer o encaminhamento de criança ou adolescente ao programa, desde que comunique a autoridade judiciária no prazo improrrogável de 24 (vinte e quatro) horas, identificando a criança o adolescente encaminhado.

Art. 20. O término do acolhimento familiar da criança ou adolescente dar-se-á após avaliação da equipe técnica do serviço de acolhimento, por determinação judicial, atendendo aos encaminhamentos pertinentes ao retorno à família de origem ou colocação em família substituta, através das seguintes medidas:

I – acompanhamento após a reintegração familiar visando a não reincidência do fato que provocou o afastamento da criança;

II – orientação e supervisão do processo de visitas entre a família acolhedora e a família que recebeu a criança;

III – comunicação ao Juízo da Infância e da Juventude da comarca, quando ocorrer o desligamento da família de origem do programa.

Capítulo VI

DA BOLSA AUXÍLIO

Art. 21. Fica o Executivo Municipal autorizado a conceder às Famílias Acolhedoras, através do membro designado no Termo de Guarda e Responsabilidade, uma bolsa auxílio mensal de até 1(um) Salário Mínimo nacional vigente, para cada criança ou adolescente acolhido, durante o período que perdurar o acolhimento, nos termos do regulamento.

§ 1º Em casos de crianças ou adolescentes com deficiência ou com demandas específicas de saúde, devidamente comprovadas com laudo médico, o valor máximo poderá ser ampliado, em até 1/3 (um terço) do montante;

§ 2º Nos casos em que o acolhimento familiar for inferior a 1(um) mês, a família acolhedora receberá bolsa auxílio proporcionalmente ao tempo do acolhimento;

Art. 22. O valor da bolsa auxílio será repassado através de depósito em conta bancária, em nome do membro designado no Termo de Guarda.

Art. 23. A família acolhedora que tenha recebido a bolsa auxílio e não tenha cumprido as prescrições desta lei fica obrigada ao ressarcimento da importância recebida durante o período da irregularidade.

Capítulo VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 24. Fica autorizado o Executivo Municipal a editar normas e procedimentos de execução e fiscalização do programa “Família Acolhedora”, através de Decreto Regulamentar, que deverão seguir a legislação nacional, bem como as políticas, planos e orientações dos demais órgãos oficiais.

Art. 25. A família acolhedora prestará serviço de caráter voluntário não gerando, em nenhuma hipótese, vínculo empregatício ou profissional com o órgão executor do Serviço.

Art. 26. A família acolhedora, em nenhuma hipótese, poderá se ausentar do Município de Monte Alegre do Sul com a criança ou adolescente acolhido sem a prévia comunicação à da Equipe Técnica do programa.

Art. 27. Fica o Município de Monte Alegre do Sul autorizado a celebrar convênios com entidades de direito público ou privado, a fim de desenvolver atividades complementares relativas ao programa Família Acolhedora e/ou subsidiar os custos do programa, bem como para a formação continuada das Equipes Técnicas do mesmo.

Art. 28. Fica autorizada a abertura de crédito suplementar pelo Poder Executivo para custeio das atividades do programa.

Parágrafo Único: O Presente Programa ficará Vinculado ao Departamento de Assistência e Desenvolvimento Social.

Art. 29. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Monte Alegre do Sul, 08 de fevereiro de 2019
EDSON RODRIGO DE OLIVEIRA CUNHA
Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e publicada em 08 de fevereiro de 2019

Luciana Maria Gonçalves Benediti
Diretora de Administração e Governo Municipal

LICITAÇÕES

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE JULGAMENTO DE LICITAÇÕES PARA ABERTURA DOS ENVELOPES HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS DA LICITAÇÃO - MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2019

Aos 14 (quatorze) dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, reuniram-se na sala de Licitações da Prefeitura Municipal da Estância Hidromineral de Monte Alegre do Sul, situado na Avenida João Girardelli, nº 500, Centro, Monte Alegre do Sul, Estado de São Paulo, às 09:00 (nove) horas, a Equipe de Pregão formada pelo Sra. Luciana Maria Gonçalves Benediti - pregoeira e pelos Srs. Everton Luis Ferreira de Oliveira e Beatriz do Canto e Castro Mazzini - equipe de apoio de acordo com a portaria nº 327/18 de 04 de junho de 2018 a fim de dar andamento ao processo licitatório: Pregão presencial nº. 001/2019, processo administrativo nº. 102/2019, cujo objeto refere-se a “Contratação de empresa para fornecimento parcelado de combustíveis para os veículos da frota municipal, com abastecimento direto na bomba, para o exercício de 2019”, do tipo menor preço por item, em conformidade com o Anexo I, integrante deste Edital. “ Iniciada a sessão, nenhuma empresa se fez presente, não havendo interessados. A Comissão segundo a Lei de Licitações decide declarar a licitação DESERTA. Encaminham-se os autos à apreciação do Sr. Prefeito Municipal para deliberação. Nada mais havendo a relatar, a Sra. Pregoeira encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos presentes.

LUCIANA MARIA GONÇALVES BENEDETTI
PREGOEIRO

EVERTON LUIS FERREIRA DE OLIVEIRA
EQUIPE DE APOIO

BEATRIZ DO CANTO E CASTRO MAZZINI
EQUIPE DE APOIO

AVISO DE LICITAÇÃO

Tendo em vista que a sessão prevista para o dia 14/02/19 do presente certame restou DESERTO, resolve reagendar nova data para a sessão de abertura:

Encontra-se aberta na Prefeitura Municipal da Estância Turística de Monte Alegre do Sul, a seguinte licitação:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2019

Processo Administrativo Municipal nº 102/19

OBJETO: “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE COMBUSTÍVEIS PARA OS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL, COM ABASTECIMENTO DIRETO NA BOMBA, PARA O EXERCÍCIO DE 2019”.

Sessão de entrega de envelopes: 11 de março de 2019 até às 14:00 horas, na Sala de Licitações da Prefeitura de Monte Alegre do Sul.

O Edital na íntegra encontra-se disponível no site oficial da Prefeitura: www.montealegredosul.sp.gov.br e também pode ser solicitado no Departamento Administrativo desta Prefeitura.

Monte Alegre do Sul, 21 de fevereiro de 2019
Edson Rodrigo de Oliveira Cunha
Prefeito Municipal

RATIFICAÇÃO DE CONTRATO POR INEXIGIBILIDADE Nº 001/2019

EM CONFORMIDADE COM QUE DETERMINA O ARTIGO 25, INCISO III, DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES, E COM BASE NO PARERER DA PROCURADORIA DO MUNICÍPIO CONSTANTE NO PROCESSO LICITATORIO DE INEXIGIBILIDADE Nº 001/2019, TORNO PÚBLICO QUE APÓS O COMPLETO ATENDIMENTO A LEGISLAÇÃO VIGENTE RATIFICO O OBJETIVO CONSTANTE NO MESMO QUE É A CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTISTICO DA “BANDA NHECO VAI NHECO FICA” PARA O CARNAVAL 2019. INSCRITA NO CNPJ SOB Nº 07.817.785/0001-39 COM SEDE A RUA JOÃO DE MORAES, 302, CENTRO, MUNICIPIO DE ITAPIRANGA/SP, NESTE ATO REPRESENTADO PELO SENHOR DEVALDO CESCON, PORTADOR DO CPF/MF Nº 024.908.678-65, NO VALOR TOTAL DE R\$ 22.000,00 (VINTE E DOIS MIL REAIS).

Monte Alegre do Sul, 21 de fevereiro de 2019
Edson Rodrigo de Oliveira Cunha
Prefeito Municipal

PROCESSO SELETIVO Nº 2019

EDITAL DE RESPOSTA DO RECURSO E HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO

A Prefeitura da ESTÂNCIA TURÍSTICA DE MONTE ALEGRE DO SUL/SP, com a supervisão da Comissão Fiscalizadora do Processo Seletivo especialmente nomeada pela Portaria nº 361 de 14/01/2019, usando das atribuições legais:

I. DIVULGA a resposta do recurso interposto em face a aplicação das Provas Objetivas, Divulgação

dos Gabaritos e Resultado Preliminar divulgados em 11/02/2019, cujo prazo para protocolo foi do dia 11/02/2019 ao dia 12/02/2019; e ainda o Resultado do Parecer, a saber:

Obs. A resposta na íntegra está disponível ao Candidato, através do site da Integri Brasil, no “Painel do Candidato”, link “Meus Recursos”.

Cód. e Função/Nome/Questão/Status

3.01 – Professor - PEB I/Laura Saragiotto/1, 7, 17, 21/Indeferido

II. QUESTÃO ANULADA conforme o gabarito oficial divulgado em 11/02/2019:

Função/Questão/Status

3.03 – Professor de Educação Básica II – CIÊNCIAS /13/Anulada

III. COMUNICA que torna-se OFICIAL o Resultado e Classificação Preliminares divulgados em 11/02/2019.

A listagem se encontra em ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO, separada por função e está disponível para consulta através da Internet nos endereços www.integribrasil.com.br; www.montealegredosul.sp.gov.br.

IV. INCLUI na Relação de Inscritos o candidato “Marcelo Murilo Bertante”, que por um erro no processamento de dados não teve o nome divulgado.

V. FAZ SABER que:

TENDO em vista a conclusão dos trabalhos de realização do Processo Seletivo de Provas e Títulos PS – Edital Nº 01/2019 e não havendo pendências quanto a recursos depois de decorridos os prazos legais, referente às Funções:

3.01 – Professor PEB I, 3.02 – Professor de Educação Básica II – Arte, 3.03 – Professor de Educação Básica II – Ciências, 3.04 – Professor de Educação Básica II – História, 3.05 – Professor de Educação Básica II – Inglês, 3.06 – Professor de Educação Básica II – Língua Portuguesa, 3.07 – Professor de Educação Básica II – Matemática e 3.08 – Fisioterapia.

RESOLVE RATIFICAR E HOMOLOGAR o Resultado Final do Processo Seletivo para o provimento das funções acima mencionadas, em conformidade com os editais publicados, especialmente a Classificação das Provas Objetivas dos candidatos, devidamente divulgada em 11/02/2019 através da Internet nos endereços: www.integribrasil.com.br; www.montealegredosul.sp.gov.br conforme disposto no Edital do Processo Seletivo de Provas e Títulos PS – Edital Nº 01/2019.

Para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, é expedido o presente Edital, que fica à disposição pela Internet nos endereços www.integribrasil.com.br; www.montealegredosul.sp.gov.br e afixado no pátio da Prefeitura Municipal de Monte Alegre do Sul/SP, visando atender ao restrito interesse público.

Estância Turística de Monte Alegre do Sul, 21 de fevereiro de 2019.

EDSON RODRIGO DE OLIVEIRA CUNHA
Prefeito Municipal

PREFEITURA DE MONTE ALEGRE DO SUL									
PROCESSO SELETIVO - 01/2019									
Integri Brasil Projetos e Serviços Integrados									
LISTAGEM DE CLASSIFICAÇÃO									
3.01 - PROFESSOR - PEB I									
Class	Inscrição	Candidato	Documento	Total Acertos	Título	Total	Filhos	Data Nasc.	
1	2000133636	AMANDA CAROLINE CAPPI	49495193	18	0	72	0	14/10/1992	
2	2000133658	MAIZA EM TORICELLI	48834532	18	0	72	0	17/02/1993	
3	2000133527	ELANE CRISTINA GOMES DA SILVA	47680193_x	17	0	68	0	09/07/1991	
4	2000133627	GISELE CATARINA MICHELAZZO	19372306	16	0	64	1	27/10/1966	
5	2000133897	CRISTIANE CRESCO IGNACIO	176617539	16	0	64	0	17/09/1974	
6	2000133664	THAISE CASSIA DO NASCIMENTO	30329464	16	0	64	1	06/11/1984	
7	2000133561	NICOLE BORLON CIAMBELLI DE OLIVEIRA	48080625	16	0	64	0	02/02/1992	
8	2000133929	NATALIE CRISTI BRESSAN MIRALDO	54474505-X	16	0	64	0	20/11/1995	
9	2000133913	PRISCILA GUIMARAES PIMENTA INERTO	296092150	15	3	63	2	22/09/1979	
10	2000133669	RAQUEL SUELI SOEIRO CAMARGO	43200368	15	1	61	3	13/02/1988	
11	2000133699	ADRIANA RODRIGUES DE SOUZA	44690515-X	15	1	61	0	16/03/1989	
12	2000133959	REGINA APARECIDA DA SILVA FERREIRA	273063376	15	0	60	1	03/09/1975	
13	2000133894	MEIRE DANIELA SAMPAIO FERREIRA TRIDA	333045488	15	0	60	3	04/08/1978	
14	2000133837	SIMONE CRISTINA MARTINELLE	293620076	15	0	60	2	01/09/1978	
15	2000133891	PRISCILA APARECIDA SIMONI	39416581828	15	0	60	1	28/12/1990	
16	2000133689	MARCELA BEATRIZ CEZAR	484707188	15	0	60	0	17/02/1992	
17	2000133698	ADRIANA MADAMELO	16752671-X	14	3	59	2	15/07/1971	
18	2000133717	ISABELA GUAIUME PADULA	490193171	14	1	57	0	28/10/1993	
19	2000133533	ELANE DE FATIMA GODOI	289224147	14	0	56	1	02/01/1975	
20	2000133619	DIOGO PIRES DE LIMA	407283560	14	0	56	0	19/08/1986	
21	2000133529	PATRICIA CRISTIANE DA COSTA NARDINI	407320763	14	0	56	0	17/05/1989	
22	2000133696	ALINE CRISTINA TORRES FAVARETTO	447059397	14	0	56	1	20/06/1998	
23	2000133850	JULYA TAVARES DA SILVA	34.612.606-X	14	0	56	1	28/08/1999	
24	2000133531	TAINARA APARECIDA BARONI	489851873	14	0	56	3	20/01/1993	
25	2000133740	AFANELI DE SOUZA ESCOTON	56.916.239-7	14	0	56	0	06/03/1996	
26	2000133868	LEANDRA GOMES CARNEIRO	205469164	13	0	52	0	30/10/1972	
27	2000133687	JOELMA MENONCINI	27890424-2	13	0	52	3	02/04/1974	
28	2000133577	ELANE BRAMBILLA DE SOUZA	327136337	13	0	52	0	02/10/1979	
29	2000133558	FABIANA ELISA BASTOS	42525683-2	13	0	52	2	19/07/1982	
30	2000133810	DANIELE APARECIDA FURTADO	471184499	13	0	52	0	27/06/1983	
31	2000133590	ELANE CRISTINA DE SOUZA OLIVEIRA	40732064-7	13	0	52	2	13/11/1987	
32	2000133926	GIOVANA BIGARELLI DE SOUZA	493102309	13	0	52	0	13/09/1993	
33	2000133657	MIRIAN OLIVEIRA ARAUJO	492562118	13	0	52	0	05/10/1993	
34	2000133633	RAFAEL JOSE DA SILVA	409612571	13	0	52	0	09/02/1996	
35	2000133606	JULIA MARIA DE TOLEDO	49883828-6	13	0	52	0	07/04/1998	
36	2000133673	LUCIELA SANTOS LIBERATO ARASUELO	351197436	12	1	49	0	01/07/1981	
37	2000133744	ALESSANDRA SANTOS DE PAULA	261790511	12	0	48	0	19/07/1972	
38	2000133839	ANA LUCIA DE MORAES	27389266-6	12	0	48	0	10/12/1974	
39	2000133687	RENATA APARECIDA MACEDO BOSCOLO	264893451	12	0	48	2	05/10/1978	
40	2000133847	FERNANDA COVIELLO PUPO	337296332	12	0	48	0	26/08/1980	
41	2000133773	ALINE APARECIDA DE SOUZA SILVA	423742309	12	0	48	1	11/12/1984	
42	2000133940	VANESSA BERTOLINI	344325349	12	0	48	0	19/12/1984	
43	2000133762	ALINI CORREA FAZOLIN	459774980	12	0	48	0	11/07/1989	
44	2000133552	FERNANDA BEATRIZ EMACULADO	46135133-X	12	0	48	0	14/08/1989	
45	2000133896	BRUNA DE SOUSA INVERNIZZI	466673929	12	0	48	0	01/10/1990	
46	2000133830	LETICIA CARRADORI BOYAGO	466718698	12	0	48	0	23/10/1990	
47	2000133553	FABÍOLA FRARE PAVAN	41751335-5	12	0	48	0	03/01/1995	
48	2000133559	PAMELA CAROLINE DA SILVA	407883447	11	1	45	1	11/04/1988	
49	2000133538	LIANE M DE SOUZA GODOI	41.116.156-8	11	0	44	0	25/05/1982	
50	2000133900	PATRICIA CRISTINA DA SILVA MORAIS	401044671	11	0	44	2	26/05/1984	
51	2000133628	BRUNA APARECIDA BONAMI BIGGIO	43070086	11	0	44	3	20/07/1984	
52	2000133701	VANESSA ROSSI BUBULA LOPES	428556449	11	0	44	2	20/11/1984	
53	2000133957	FERNANDA CAROLINE DE FARIA	40280800X	11	0	44	0	17/10/1985	
54	2000133949	GIOVANA APARECIDA GOULART DE OLIVEIRA FERREIRA	471181036	11	0	44	2	05/04/1988	
55	2000133862	DANIELA PINTO	44.705.932-4	11	0	44	2	25/05/1999	
56	2000133641	ANDRESSA PAULINA VITOR	48.566.132-9	11	0	44	0	19/02/1992	
57	2000133849	LIANA CAMILA FANELLI	417078109	11	0	44	0	06/10/1994	
58	2000133591	LIANA CRISTINA VITOR	444115292	11	0	44	0	22/04/1995	
59	2000133709	BARBARA MORAES ROGATTO	38.326.890-4	11	0	44	0	01/06/1995	
60	2000133712	AGELES POSSANI DA SILVA MAGALHAES	36640243	11	0	44	1	16/06/1995	
61	2000133668	GRACIELLE APARECIDA CEZAR	498616885	11	0	44	0	03/04/1997	
62	2000133861	ADILSON ROGERIO DE GODOI	404090904	10	2	42	1	09/04/1983	
63	2000133603	CELIA MORAES DE CASTILHO HADDAD	18169699-1	10	1	41	0	22/10/1965	
64	2000133710	VALDIRENE FERREIRA PINTO	636331209	10	1	41	0	23/06/1980	
65	2000133623	VALDENIA FERREIRA PINTO	58851210-9	10	1	41	0	11/05/1983	
66	2000133600	RAFAELA CRISTINA DOS SANTOS FRARE	417636544	10	1	41	0	12/02/1996	
67	2000133648	LIAM FERREIRA SILVA DO AMARAL	182987577	10	0	40	0	24/04/1988	
68	2000133576	ELANE CRISTINA DE SOUS OLIVEIRA	63.302.002-3	10	0	40	1	14/05/1978	

VIANO DE ALMEIDA, RG. M-2.465.931, CPF. 657.645.796-00, lotado nos termos da Lei Complementar nº 03/2017.

Nomear para o Cargo Comissionado de Vice-Diretor de Escola a Sra. DIANA APARECIDA GIOVANINI SILVA , RG. 41.045.307-9, CPF. 316.775.718-37, lotado nos termos da Lei Complementar nº 03/2017.

PORTARIA Nº 367 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2019

NOMEAR para ocupar o emprego público no município do Monte Alegre do Sul, nos ditames do Concurso Público nº 01/2017, a servidora abaixo descrita para o cargo concursado a saber:

Nome/Admissão/RG/Cargo
Bruna Carneiro dos Santos/05.02.2019/48.464.625-4/Professor PEB II - Inglês

PORTARIA Nº 368 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2019

DESIGNAR as Vice Diretoras já nomeadas anteriormente para ocuparem seus cargos nas seguintes unidades escolares:

Irene Alves Correa - RG 43.070.592-X - Unidade EMEI Ananias Américo Ribeiro Machado.
Lazara Edméia Torricelli - RG 21.904.30 - Unidade CIMEI Artimede Alves da Cunha.
Rosamaria Dalonso Cagnacci - RG 19.708.788 - Unidade Escolar EMEF Esther Silva Valente.
Diana Aparecida Giovanini Silva - RG 41.045.307-9 - CIMEI Renato Fioravante Beneduzzi.
Eliana Aparecida Otaviano de Almeida - RG M-2.465.931 - EMEF Raul de Paiva Castro.

PORTARIA Nº 369 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2019

EXONERAR do cargo comissionado de Coordenador de Departamento o Sr. SILVIO APARECIDO DE CASTRO, RG. 8.712.089-9, lotada nos termos da Lei Complementar nº 03/2017, Anexos V e VII a partir de 07/02/2019.

PORTARIA Nº 370 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2019

NOMEAR para o cargo comissionado de Coordenador de Departamento o Sr. RICARDO PUERTA, RG. 11.268.512, lotada nos termos da Lei Complementar nº 03/2017, Anexos V e VII a partir de 11/02/2019.

PORTARIA Nº 371 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019

CONCEDER a pedido licença sem vencimentos ao empregado público municipal JOSE RENATO MORETTO, RG nº 28.406.358-7, ocupante do emprego público de provimento permanente de Escriturário, pelo período de 02 (dois) anos a partir da presente data até 17/02/2021.

PORTARIA Nº 372 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019

INSTAURAR Sindicância para apuração de eventuais denúncias referente a patrimônio público da municipalidade conforme memorando 38/2019 do Gabinete.

DECRETOS

DECRETOS ASSINADOS PELO EXMO. SR. PREFEITO

DECRETO Nº 2161 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2019

Dispõe sobre a suspensão do atendimento ao público no dia 11 de fevereiro de 2019 no Posto Atendimento da Municipalidade no Distrito das Mostardas para manutenção e dá outras providências. Registrado em livro próprio e publicado em 07 de fevereiro de 2019. A municipalidade informa que a íntegra deste Decreto encontra-se disponível no saguão do Paço Municipal e no site www.montealegredosul.sp.gov.br.

DECRETO Nº 2162 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2019

Dispõe sobre a regularização e fixação de valores em espaços públicos para o exercício de 2019 e dá outras providências. Registrado em livro próprio e publicado em 07 de fevereiro de 2019. A municipalidade informa que a íntegra deste Decreto encontra-se disponível no saguão do Paço Municipal e no site www.montealegredosul.sp.gov.br.

DECRETO Nº 2163 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019

Fixa atendimento do Balneário Municipal durante o Carnaval 2019 e dá outras providências. Registrado em livro próprio e publicado em 07 de fevereiro de 2019. A municipalidade informa que a íntegra deste Decreto encontra-se disponível no saguão do Paço Municipal e no site www.montealegredosul.sp.gov.br.

VIGILÂNCIA SANITÁRIA

DEFERIMENTO

Licença de Funcionamento da Vigilância Sanitária
Lanchonete, casas de chás, sucos e similares.
Nº do processo: 1170/18
Nº CEVS: 353120901-561-000151-1-3
Razão social: Angelina Morandim Benatti
Responsável legal/técnico: Angelina Morandim Benatti
Serviços ambulantes de alimentação.
Nº do processo: 2498/2018
Nº CEVS: 353120901-561-000191-1-9
Razão social: Ana Lúcia Gomes de Godoy Silva MEI
Responsável legal/técnico: Ana Lúcia Gomes de Godoy Silva
Comércio Varejista de Carnes - Açougue
Nº do processo: 2811/2017
Nº CEVS: 353120901-472-000046-1-8
Razão social: Eduardo Francisco de Lima Barbosa MEI
Responsável legal/técnico: Eduardo Francisco de Lima Barbosa
Bares e Outros Estabelecimentos Especializados em Servir Bebidas, Sem Entretenimento.
Nº do processo: 0107/2018
Nº CEVS: 353120901-561-000193-1-3
Razão social: Luciana Cristina Ferreira
Responsável legal/técnico: Luciana Cristina Ferreira
Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos, Sem Manipulação de Fórmulas
Nº do processo: 0207/2019
Nº CEVS: 353120901-477-000003-1-0
Razão social: Lodging & Oliveira Ltda. ME.
Responsável legal/técnico: Luciane Lodging Oliveira/Daiana Guariso da Silva
Os responsáveis técnicos acima mencionados deverão se apresentar nesta Vigilância Sanitária de Monte Alegre do Sul, sito à Praça Rinaldo Godoy Borgiani - Piso Superior, Balneário Municipal no prazo de 05 (cinco) dias a contar desta publicação para retirada de documentos. Ligar (19) 9 9718-0767 ou (19) 3899-3153 para agendar a retirada.
A não retirada da Licença de Funcionamento no prazo de 30 dias acarretará no cancelamento da mesma.

INDEFERIMENTO E CANCELAMENTO

Fornecimento de Alimentos Preparados Preponderantemente Para Consumo Domiciliar
Nº do processo: 2498/18
Nº CEVS: 353120901-562-000023-1-3
Razão social: Ana Lúcia Gomes de Godoy Silva MEI
Nº do processo: 2976/2018
Nº CEVS: 353120901-960-000032-1-2
Razão social: David de Campos Gomes
Monte Alegre do Sul 19 de fevereiro 2019.

Juliana Franco De Lima
Chefe da ViSa/VE

RECURSOS HUMANOS

CONVOCAÇÃO - CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018

Senhor (a) GILBERTO CARLOS DE SOUZA

Candidato (a) aprovado (a) no cargo de: CONTADOR

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO para comparecer junto à Prefeitura Municipal de Monte Alegre do Sul, no setor de Recursos Humanos, no prazo máximo de 48 (QUARENTA E OITO) horas contados da presente publicação para tratar da contratação do concurso público de Nº 001/2018, para o cargo de CONTADOR.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público.

Monte Alegre do Sul, 14 de fevereiro de 2019
Seção de Recursos Humanos

CONVOCAÇÃO - CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017

Senhor (a) NELSON FRAZZATTO NIERO

Candidato (a) aprovado (a) no cargo de: MOTORISTA

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO para comparecer junto à Prefeitura Municipal de Monte Alegre do Sul, no setor de Recursos Humanos, no prazo máximo de 48 (QUARENTA E OITO) horas contados da presente publicação para tratar da contratação do concurso público de Nº 001/2017, para o cargo de MOTORISTA.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público.

Monte Alegre do Sul, 18 de fevereiro de 2019
Seção de Recursos Humanos

CISBRA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA REGIÃO DO CIRCUITO DAS ÁGUAS

ADITAMENTO Nº 001/2019

PRIMEIRO ADITAMENTO AO CONTRATO CELEBRADO EM 08 DE FEVEREIRO DE 2018 ENTRE O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA REGIÃO DO CIRCUITO DAS ÁGUAS (CISBRA) - CONTRATANTE - E A EMPRESA A.A.S. CONSULTORIA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA LTDA - CONTRATADA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE GESTÃO FINANCEIRA, ADMINISTRATIVA E ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL, DE ACORDO COM O CONVITE Nº 001/2018.

CONTRATADA: A.A.S. CONSULTORIA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA LTDA

VIGÊNCIA: Vigerá pelo período de 12 meses a partir de 08/02/2019

Monte Alegre do Sul, 04 de Fevereiro de 2019.
André Eduardo Bozola de Souza Pinto
Presidente do CISBRA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA REGIÃO DO CIRCUITO DAS ÁGUAS

INSTRUMENTO Nº 001/2019

TERMO DE CONTRATO CELEBRADO ENTRE O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA REGIÃO DO CIRCUITO DAS ÁGUAS - CISBRA, DENOMINADA CONTRATANTE, E A EMPRESA ÁRTICO SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA - CONTRATADA PARA COLETA MANUAL E/OU MECÂNICA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES, DE FEIRAS LIVRES E DE VARRIÇÃO EM MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA REGIÃO DO CIRCUITO DAS ÁGUAS - CISBRA, DE ACORDO COM O PROCESSO Nº 030/2018.

CONTRATADA: ÁRTICO SERVIÇOS AMBIENTAIS

VIGÊNCIA: Vigerá pelo período de 12 meses a partir de 11/02/2019

Monte Alegre do Sul, 11 de Fevereiro de 2019.
André Eduardo Bozola de Souza Pinto
Presidente do CISBRA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA REGIÃO DO CIRCUITO DAS ÁGUAS

INSTRUMENTO Nº 001/2019

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA REGIÃO DO CIRCUITO DAS ÁGUAS (CISBRA) - PRIMEIRO CONVENEN-

TE E, DE OUTRO LADO, INSTITUTO MOVIMENTO CIDADES INTELIGENTES SEGUNDO CONVENIENTE, CONTRATADA PARA APOIAR E PROMOVER A COOPERAÇÃO MÚTUA, TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL, VISANDO À CONCEPÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES CONJUNTAS NA ÁREA DE INFRAESTRUTURA EM ESPECIAL NO MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, SANEAMENTO, MOBILIDADE URBANA, ILUMINAÇÃO PÚBLICA, FONTES PARA GERAÇÃO DE ENERGIA, DE ACORDO COM O PROCESSO ADMINIS-

TRATIVO Nº 004/2018.

CONTRATADA: INSTITUTO MOVIMENTO CIDADES INTELIGENTES

VIGÊNCIA: Vigerá pelo período de 12 meses a partir de 12/02/2019

Monte Alegre do Sul, 12 de Fevereiro de 2019.
André Eduardo Bozola de Souza Pinto
Presidente do CISBRA



AVALIAÇÃO DE ATLETAS

22 DE FEVEREIRO 9H E 14H30

ESTÁDIO MUNICIPAL LIDUÍNO TRUZZI MONTE ALEGRE DO SUL - SP

CLUBE ATHLÉTICO PARANAENSE

AVALIADOR WELLINGTON





NASCIDOS ENTRE 2006 E 2009

Os interessados devem comparecer com camisa (não é permitida a utilização de camisaas de clubes/seleções), calção, meia e caneleira. Também devem apresentar atestado médico e RG.

INSCRIÇÃO: 1 KG DE ALIMENTO NÃO PERECÍVEL (EXCETO SAL E AÇÚCAR)



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE MONTE ALEGRE DO SUL
CULTURA, ESPORTES E TURISMO

CÂMARA MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE DO SUL

PRAÇA CORONEL JOÃO FERRAZ, 45 - CENTRO - CEP -13910-000 - MONTE ALEGRE DO SUL/SP - FONE: (19) 3899 2002 - (19) 3899 1515 - e-mail: administrativo@cmmontealegredosul.sp.gov.br

Em cumprimento ao disposto no art. 39, § 6º, da Constituição Federal, o PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE DO SUL faz publicar os valores dos subsídios e das remunerações dos cargos e empregos públicos do Poder Legislativo durante o exercício de 2018.

Nome	Cargo	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
Amarildo Ortiz de Souza	Vereador	R\$ 3.092,07	R\$ 3.092,07	R\$ 3.092,07	R\$ 3.092,07	R\$ 3.092,07	R\$ 3.092,07	R\$ 3.092,07	R\$ 3.092,07	R\$ 3.092,07	R\$ 3.092,07	R\$ 3.092,07	R\$ 3.092,07	R\$ 37.104,84
Décio Bueno	Assessor Técnico Legislativo	R\$ 1.796,25	R\$ 495,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.291,25
Evandro José da Silva	Vereador	R\$ 3.092,07	R\$ 3.092,07	R\$ 3.092,07	R\$ 3.092,07	R\$ 3.092,07	R\$ 3.092,07	R\$ 3.092,07	R\$ 3.092,07	R\$ 3.092,07	R\$ 3.092,07	R\$ 3.092,07	R\$ 3.092,07	R\$ 37.104,84
Fernando Carlewatto	Vereador	R\$ 3.092,07	R\$ 3.092,07	R\$ 3.092,07	R\$ 3.092,07	R\$ 3.092,07	R\$ 3.092,07	R\$ 3.092,07	R\$ 3.092,07	R\$ 3.092,07	R\$ 3.092,07	R\$ 3.092,07	R\$ 3.092,07	R\$ 37.104,84
João Luis de Souza Junior	Presidente da Câmara	R\$ 3.831,89	R\$ 3.831,89	R\$ 3.831,89	R\$ 3.831,89	R\$ 3.831,89	R\$ 3.831,89	R\$ 3.831,89	R\$ 3.831,89	R\$ 3.831,89	R\$ 3.831,89	R\$ 3.831,89	R\$ 3.831,89	R\$ 45.982,68
José Alfredo Dallari Júnior	Advogado	R\$ 4.053,73	R\$ 4.053,73	R\$ 4.053,73	R\$ 4.053,73	R\$ 4.053,73	R\$ 4.053,73	R\$ 4.053,73	R\$ 4.053,73	R\$ 1.891,74	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 34.321,58
José Rafael Vezzan	Vereador	R\$ 3.092,07	R\$ 3.092,07	R\$ 3.092,07	R\$ 3.092,07	R\$ 3.092,07	R\$ 3.092,07	R\$ 3.092,07	R\$ 3.092,07	R\$ 3.092,07	R\$ 3.092,07	R\$ 3.092,07	R\$ 3.092,07	R\$ 37.104,84
José Rodolfo Baldi	Vereador	R\$ 3.092,07	R\$ 3.092,07	R\$ 3.092,07	R\$ 3.092,07	R\$ 3.092,07	R\$ 3.092,07	R\$ 3.092,07	R\$ 3.092,07	R\$ 3.092,07	R\$ 3.092,07	R\$ 3.092,07	R\$ 3.092,07	R\$ 37.104,84
Marcos Fernando Gritti	Vereador	R\$ 2.989,00	R\$ 3.092,07	R\$ 3.092,07	R\$ 3.092,07	R\$ 3.092,07	R\$ 3.092,07	R\$ 3.092,07	R\$ 3.092,07	R\$ 3.092,07	R\$ 3.092,07	R\$ 3.092,07	R\$ 3.092,07	R\$ 37.001,77
Maria Isabel Tonello da Silva	Procurador Jurídico	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.600,00	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00	R\$ 13.600,00
Mariana Pereira Gonçalves Rosa Lopes Alves	Diretor Financeiro	R\$ 1.916,67	R\$ 2.843,75	R\$ 3.083,33	R\$ 3.166,67	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00	R\$ 2.981,25	R\$ 2.750,00	R\$ 2.500,00	R\$ 2.500,00	R\$ 2.500,00	R\$ 2.500,00	R\$ 32.741,67
Mário Sérgio Jardim Araújo	Secretário da Câmara	R\$ 7.963,48	R\$ 8.208,51	R\$ 8.208,51	R\$ 8.411,89	R\$ 9.086,20	R\$ 9.086,20	R\$ 9.086,20	R\$ 9.086,20	R\$ 9.086,20	R\$ 9.086,20	R\$ 9.086,20	R\$ 9.086,20	R\$ 105.481,99
Nucélia Maria Faria	Vereador	R\$ 3.092,07	R\$ 3.092,07	R\$ 3.092,07	R\$ 3.092,07	R\$ 3.092,07	R\$ 3.092,07	R\$ 3.092,07	R\$ 3.092,07	R\$ 3.092,07	R\$ 3.092,07	R\$ 3.092,07	R\$ 3.092,07	R\$ 37.104,84
Rafael Domingues de Lima	Supervisor Legislativo	R\$ 2.725,26	R\$ 4.385,94	R\$ 4.841,67	R\$ 4.760,73	R\$ 4.825,26	R\$ 4.944,00	R\$ 4.729,02	R\$ 4.586,46	R\$ 4.389,58	R\$ 3.850,00	R\$ 4.257,60	R\$ 3.850,00	R\$ 52.145,52
Valter Aparecido Donizetti Bueno	Vereador	R\$ 3.092,07	R\$ 3.092,07	R\$ 3.092,07	R\$ 3.092,07	R\$ 3.092,07	R\$ 3.092,07	R\$ 3.092,07	R\$ 3.092,07	R\$ 3.092,07	R\$ 3.092,07	R\$ 3.092,07	R\$ 3.092,07	R\$ 37.104,84

JOÃO LUIZ DE SOUZA JUNIOR

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE MONTE ALEGRE DO SUL